



CIARI – Centro de Investigação e Análise em Relações Internacionais

[www.ciari.org](http://www.ciari.org)

**A Revisão da Política Externa Norte**  
**Americana no Pós 11 de Setembro de 2001**  
**O Século Americano**

Junho de 2004

Paulo Jorge Amorim

Licenciado em Relações Internacionais pela Universidade Lusíada de Lisboa

*“Talvez nos recordemos deste momento histórico como aquele em que o Ocidente decidiu por ele mesmo no **Século XXI**, não em termos de Geografia, de Raça, de Religião, de Cultura ou de Língua, mas em termos de valores tais como **Liberdade e Democracia**”<sup>1</sup>*

---

<sup>1</sup> Paul Wolfowitz- Council of Foreign Relations a 23/3/2003

## INTRODUÇÃO

Os Estados Unidos da América saíram da Guerra-fria como única superpotência no Sistema Internacional. O colapso da URSS e do bloco de Leste deixaram caminho livre para um novo sistema internacional marcado pela unipolaridade.

Esta realidade por si só seria suficiente para ser discutida: como a política externa do Estado mais poderoso do planeta. No entanto, o contexto que hoje se nos depara a nível internacional acrescenta motivos ainda mais válidos. O dia 11 de Setembro de 2001 colocou em jogo novas variáveis, novos objectivos, novos medos, novas perguntas, novas respostas, para muitos um abrir de porta para um novo sistema internacional, com muitas alterações mas onde o jogador mais forte continua a ser o mesmo, agora com novas armas, novos objectivos e provavelmente com uma posição reforçada.

Os alvos de longo prazo da nova estratégia de segurança e de política energética dos Estados Unidos estão muito para além dos inimigos públicos actuais nascidos com o 11 de Setembro. O objectivo é bloquear a emergência de concorrentes geo-estratégicos e permitir o «século americano<sup>2</sup>».

O debate sobre a geoestratégia da Administração Bush tem estado centrado na política antiterrorista e numa tentativa ideológica de criar um novo paradigma sobre a visão do mundo baseado na ideia de que «tudo mudou depois do 11 de Setembro».

De facto os atentados terroristas do 11 de Setembro produziram uma importante inflexão na ordem internacional. O mundo mudou... levando a uma redefinição do funcionamento do sistema internacional e a uma mudança do eixo diplomático.

O grande corte com o pós-guerra não teria sido a queda do Muro de Berlim, mas definitivamente os atentados nos EUA. O inimigo público número um surgiu das redes terroristas globais e de alguns estados à margem da lei com capacidade de gerar turbulência regional.

Perante este cenário as relações entre os EUA e as principais potências mundiais, foram em alguns casos afectados nomeadamente com a França, Alemanha e Rússia, uma vez que inviabilizaram a apresentação no Conselho de Segurança da ONU, de uma resolução patrocinada pelos EUA, Reino Unido e Espanha<sup>3</sup> que permitiria o uso da força.

O texto foi abandonado e o Presidente George W. Bush decidiu avançar sozinho com uma pequena coligação de países voluntários, a China adoptou uma posição mais discreta, mas defendeu sempre uma solução pacífica para o conflito com o Iraque, o braço de ferro levou a uma crise nas relações entre EUA-Europa, ainda que os EUA tenham tido diferentes posturas com cada um deles. Noutros casos essas relações saíram ainda mais reforçadas caso da GB.

Por fim resta-me demonstrar que o 11 de Setembro serviu os intentos dos EUA para uma nova ordem internacional, assente num Sistema Internacional Unipolar.

---

<sup>2</sup> Através duma carta de um grupo de conservadores muito conhecidos onde se incluíam Wolfowitz e Rumsfeld, datada de 1997 e que será mais desenvolvida no decorrer do trabalho mas tem como linha mestre, o projecto americano para o novo século.

<sup>3</sup> Cimeira das Lages, nos Açores, onde estiveram presentes estes 3 países e em que Portugal foi o anfitrião.

## 1º Capítulo

### Antes do 11 de Setembro de 2001

#### Política Externa Norte Americana : Da Perestroika à Doutrina Bush

A partir da década de 1970, presenciámos uma crise estrutural do capital. É ela que impulsiona a globalização como mundialização do capital. Ocorre um processo de reestruturação capitalista que atinge várias esferas da vida social. Temos a instauração de um complexo de reestruturação produtiva que atinge o mundo do trabalho; o desenvolvimento ampliado das políticas neoliberais na base do fracasso do keynesianismo clássico e o surgimento da ideologia pós-moderna que atinge o campo da cultura. Enfim, o sistema mundial do capital busca constituir uma nova forma social de desenvolvimento capaz de desenvolver as suas contradições sociais ampliadas. É nesse sentido que podemos constatar uma mudança qualitativa na estratégia geopolítica do imperialismo dos EUA, o núcleo orgânico do sistema mundial do capital. Surge o que István Mészáros<sup>4</sup> irá denominar de uma *fase potencialmente fatal do imperialismo*. A invasão do Iraque em 2003 tende a representar uma fase tardia da nova geopolítica da crise estrutural do capitalismo global.

Na verdade, a nova geopolítica irá expressar a crise orgânica do capitalismo norte-americano e os impasses da sua política externa diante de alguns acontecimentos históricos decisivos, principalmente a partir de meados da década de 1970.

Primeiro, as contradições internas da economia norte-americana, acirradas pela perda de mercados em virtude da concorrência inter-imperialistas na década de 1960, principalmente Alemanha Ocidental e Japão, potências industriais emergentes, concorrentes dos EUA no mercado mundial; depois, a crise fiscal do Estado norte-americano, seu crescente défice público e o desequilíbrio macroeconómico provocado pelos gastos com a Guerra do Vietname, irão conduzir, em 1971, à ruptura dos Acordos de Bretton Woods<sup>5</sup> e a desvinculação do dólar do padrão-ouro. De facto, eis o começo de uma série de medidas unilaterais tomadas pelos sucessivos governos norte-americano no campo da economia política e geopolítica imperial, que tenderão a acirrar ainda mais, as contradições do sistema mundial do capital. Tais medidas dos EUA, no plano da economia política do capitalismo mundial, significaram tão-somente as primeiras tentativas de preservar a hegemonia imperial abalada pelas próprias contradições do desenvolvimento do capitalismo mundial da pós-guerra.

Mas, os impasses estruturais do imperialismo dos EUA irão assumir novas proporções com a sua derrota na Guerra do Vietname. Além disso, a constituição da OPEP<sup>6</sup> e a crise do Petróleo, a recessão mundial em meados da década de 1970, e no plano geopolítico, a Revolução Iraniana, e mais tarde, nos primórdios da década de 1980, a invasão soviética no Afeganistão, irão compor um

---

<sup>4</sup> István Mészáros, *Socialism or Barbarism* (New York: Monthly Review Press, 2001).

<sup>5</sup> Bretton Woods, o sistema de taxas de câmbio, adoptado através dos acordos de Bretton Woods (New Hampshire), em 1944, pressupunha a existência de uma taxa de câmbio fixa ("mas ajustável"). O objectivo era travar a especulação e contribuir para o desenvolvimento de uma economia mundial enfraquecida, no rescaldo da II Guerra Mundial, recomendando o desenvolvimento económico através de comércio livre. Foram os acordos de Bretton Woods que levaram à criação do Banco Mundial e do Fundo Monetário Internacional. O sistema foi abandonado em 1971, quando o Governo dos Estados Unidos se viu impossibilitado de trocar ouro por moeda ao preço de 35 dólares (38,82 euros) cada onça (uma onça é igual a 28,35 gramas).

<sup>6</sup> OPEP, Organização dos Países Exportadores de Petróleo, é uma organização intergovernamental permanente, fundada durante a Conferência de Bagdade que decorreu entre 10 e 14 de Setembro de 1960, pelos seguintes países-membros: Iraão, Iraque, Kuwait, Arábia Saudita, Venezuela.

cenário deveras preocupante para a geopolítica imperial dos EUA no contexto da "guerra fria" com a URSS.

É a eleição de Ronald Reagan que irá significar o elemento originário da grande reacção conservadora dos EUA aos impasses da sua geopolítica imperial. Primeiro, a política do dólar forte; depois, o keynesianismo de guerra, com o acirramento da "guerra-fria" e a busca planeada de destruir o bloco soviético e a URSS, acirrando as suas contradições internas. O cenário da década de 1980 é caracterizado pela disseminação das políticas neoliberais, impostas pelo eixo Reagan-Thatcher e pela contra-revolução conservadora na geopolítica mundial. Saddam Hussein é a criação da contra-revolução do imperialismo norte-americano. Os EUA irão financia-lo para combater o regime revolucionário no Irão. Os próprios Talibãs, no Afeganistão, também são criação da contra-revolução imperial, financiada pelos EUA para combater os soviéticos. São produtos da reacção imperial à sua decadência geopolítica em áreas estratégicas da economia mundial (o acesso a recursos energéticos indispensáveis no Oriente Médio para o capitalismo industrial).

São as contradições internas do bloco soviético e da URSS, acirradas pela ofensiva capitalista no mercado mundial e na geopolítica internacional, que irão conduzir a queda do Muro de Berlim em 1989 e a implosão da URSS em 1991. Extingue-se o "Império do Mal", expressão utilizada por Reagan para atacar a URSS.

A Perestroika e a *débâcle* da URSS e do bloco soviético irão alterar a agenda geopolítica da contra-revolução conservadora nos EUA (o que ocorrerá no decorrer da década de 1990). É a partir dela que podemos configurar um novo salto qualitativo na geopolítica imperial dos EUA no contexto da crise estrutural do capital (o que Mészáros<sup>7</sup> tende a desprezar). Ora, são as contradições internas do "mundo árabe" – eixo estratégico geopolítico importante de acesso a recursos energéticos indispensáveis para a civilização do capital – que irá delimitar a geopolítica imperial na sua segunda etapa de contra-revolução conservadora.

Na década de 1980 surgiram novos pólos de hegemonia regional que, mais tarde, irão se confrontar com o poder imperial (como salientei acima, nos nexos conjunturais do "mundo árabe"). Por exemplo. É o caso de Saddam Hussein no Iraque, "criatura" da CIA e do Departamento de Estado norte-americano que logo se irá transformar, por conta dos seus interesses de supremacia regional, adversário-mor dos EUA. Além disso, é o caso dos Talibãs, no Afeganistão, que após a expulsão dos soviéticos, irão adoptar uma posição de autonomia e contestação à política imperial.

No decorrer da mundialização financeira, a irresolução estrutural (e a "explosão") da Questão Palestiniana e a insatisfação generalizada das populações do "mundo árabe" irá permitir que forças políticas fundamentalistas assumam posições importantes em alguns países da região. Na verdade, o desenvolvimento de nexos geopolíticos críticos desenvolve-se na base de uma economia mundial instável, conduzida pelo capital financeiro<sup>8</sup> e que deixa cada vez mais amplas regiões isoladas dos fluxos de investimentos de capital.

Como salientei, é no decorrer da década de 1990 que tais contradições se irão acirrar – a Primeira Guerra do Iraque, as novas Intifadas na Palestina e, principalmente os atentados terroristas em 11 de Setembro de 2001 nos EUA e, a seguir, a acção militar norte-americana no Afeganistão, irão significar os novos elementos da geopolítica imperial pós – "guerra fria" no contexto da sua intervenção estratégica no "mundo árabe".

Nesse boletim, no interior do bloco de poder nos EUA, ganham espaço as posições da direita, ligada ao complexo industrial-militar, que exigem uma postura mais agressiva diante do mundo árabe, tal como a de Reagan diante da URSS. O que está em jogo é a questão estratégica do acesso aos Poços de Petróleo indispensáveis para o Ocidente industrializado, agora ameaçado pelo clima anti-americano no mundo árabe. Uma economia mundial volátil, por conta do financiamento, exige maior segurança estratégica e acções preventivas capazes de garantir suprimentos de matérias-primas indispensáveis de forma continuada. Para os estrategas da direita americana, o Iraque e o Afeganistão, pólos expostos da contestação ao poder imperial dos EUA seriam alvos privilegiados. É claro que os atentados de 11 de Setembro irão catalisar os ânimos políticos belicistas no

---

<sup>7</sup>István Mészáros, *Socialism or Barbarism* (New York: Monthly Review Press, 2001).

<sup>8</sup> Personificada na Wall Street

Departamento de Estado norte-americano e abrir para os "falcões" da direita norte-americana posições importantes no processo decisório do governo Bush.

Tanto a eleição de George Bush, como os atentados de 11 de Setembro, contribuíram de forma decisiva para a vitória política dos "falcões" da direita norte-americana no interior do Departamento de Estado dos EUA (existiria algum nexos causal entre os dois factos históricos?). Na verdade, a eleição de George W. Bush, que parece ser um "golpe de estado" conduzido pela Suprema Corte dos EUA, representou tão-somente a necessidade de um novo Ronald Reagan capaz agora de implodir as resistências do "mundo árabe". Constituiu-se a Doutrina Bush da "guerra preventiva"<sup>9</sup> contra o "Eixo do Mal"<sup>10</sup>.

De facto, a Doutrina Bush tende a ser a agenda da direita radical americana que passa a ser adoptada por Bush, após os atentados de 11 de Setembro, inclusive, é provável que os "falcões" da direita americana tivessem algum conhecimento de tais preparativos terroristas, embora não saibamos se tinham consciência da sua amplitude. *Post-festum*, o que se percebe é que eles utilizaram os atentados de 11 de Setembro para criar uma cultura de medo e implementar a sua política agressiva contra o mundo árabe a título da "caça aos terroristas". Enfim, o 11 de Setembro tenderá a catalisar todos os impasses e temores da estratégia imperial dos EUA diante do espectro da sua decadência estrutural.

Essa nova geopolítica imperial tende a agudizar os conflitos de interesses com outros pólos imperialistas interessados na região<sup>11</sup>. O cenário de crise geopolítica do imperialismo dos EUA diante do "mundo árabe" – a "caixa de Pandora" do século XXI – complica-se tendo em vista as contradições objectivas inter-Tríade capitalista e os desenlaces contraditórios da mundialização do capital. Por exemplo, o estouro da bolha financeira em 2000, detonando a hegemonia financeira dos EUA constituída no decorrer do boom da 1990 e, nessa mesma época, a adopção apressada do Euro como moeda única da União Europeia, pólo potencial de confronto com o dólar, acirraram ainda mais o sentimento decadentista da geopolítica imperial dos EUA (talvez seja possível apreender uma afinidade electiva entre o desenvolvimento do financiamento da riqueza e da bolha financeira e a nova geopolítica imperial e a supremacia militar dos EUA nos últimos anos como traços estruturais da crise estrutural do capital na sua dimensão tardia.

Ora, a II Guerra no Iraque é apenas o primeiro passo de uma estratégia tardia para preservar a hegemonia norte-americana, ameaçada hoje, não apenas pelo fundamentalismo árabe, mas pela crise do financiamento com impactos decisivos na supremacia financeira dos EUA (o que significa poder do Euro como nova moeda de reserva internacional).

Atacando o Iraque os EUA podem "neutralizar" o mundo árabe e dividir a União Europeia e o poder do Euro. Deste modo, abre-se um novo cenário de conflitos inter-imperialistas que tornarão o sistema mundial do capital cada mais instável. Deve-se aprofundar a lógica da ocupação militar de posições-chaves no território mundial, iniciativas geopolítico-militares capazes de garantir a reprodução suprema do poder do capitalismo global. Entramos em mais uma etapa da crise estrutural do capital e do seu pólo orgânico, os EUA.

## **EUA: A doutrina Bush**

Com o ataque das potências anglo-saxónicas ao Iraque, iniciado em 19 de Março de 2003, vive-se um momento histórico em que, com a emergência da Doutrina Bush, assiste-se à transformação dos Estados Unidos num Império Universal. Os seus actos políticos e as suas guerras doravante somente procurarão legitimidade interna, junto às urnas e às casas legislativas norte-americanas e não em

---

<sup>9</sup> Anunciada pelo presidente George W. Bush em 2002, visando o combate internacional ao terrorismo, sem necessitar de consulta ou aprovação das instituições internacionais. Estratégia inspirada por Paul Wolfowitz, funcionário do Departamento de Estado.

<sup>10</sup> (Iraque, Irão e Coreia do Norte).

<sup>11</sup> França, Alemanha e Rússia.

instituições internacionais como a ONU, entendida doravante pela actual administração apenas com a função de uma organização assistente.

## **A política da contenção**

Durante mais de meio século as relações dos Estados Unidos com o restante do mundo foram inspiradas e orientadas pela Doutrina Truman<sup>12</sup>. Forjada em 1947, nos maus humores da Guerra-fria em ascensão, ela propunha a *Containment Policy*, a política da contenção ao comunismo, ideologia oficial da então União Soviética. O seu mentor fora George Kennan, um diplomata de carreira que naquela época servia como embaixador americano em Moscovo. Num histórico telegrama-memorando, enviado a 22 de Fevereiro de 1946 ao Departamento de Estado em Washington – visto a inalterabilidade da mentalidade soviética que desejava manter-se em atitude belicosa “ contra o capitalismo”, não pretendendo nenhuma conciliação –, ele recomendou confinar os russos numa camisa de força, cercando qualquer tentativa deles tentarem saltar a cerca (aquela que Churchill um pouco antes, no famoso discurso pronunciado em Fulton, no mesmo ano, denominou de “Cortina de Ferro”). Truman então decidiu-se. Qualquer nação amiga ou aliada dos Estados Unidos, explicou na sua doutrina, que fosse ameaçada externa ou internamente pelo comunismo, poderia contar com as forças armadas norte-americanas.

## **A aplicação da doutrina Truman**

Essa foi, digamos, a justificação que levou os Estados Unidos, autopromovido a polícia global, à Guerra da Coreia (1950-3), a do Vietname (1965-75) e a uma infinidade de outras intervenções directas, ou indirectas, menores. Além, é claro de lançar-se numa impressionante corrida às armas, convencional, nuclear e espacial, cujos gastos chegaram a U\$ 9 triliões de dólares em 40 anos. O resultado final foi auspicioso. A União Soviética desmantelou-se em 1991, e o mundo nunca ficara tão parecido, em gostos, usos e costumes, com os Estados Unidos.

Enquanto Francis Fukuyama, o intelectual da Rand Corporation<sup>13</sup>, celebrava a vitória americana num retumbante ensaio sobre “ o fim da história”<sup>14</sup>, um outro burocrata do Departamento de Estado, Paul Wolfowitz, tratava de extrair novas conclusões estratégicas do colapso soviético. Circulou naquela ocasião, em 1992, um papel dele no qual, embalado pela espectacular vitória americana da Operação Tempestade do Deserto<sup>15</sup>, encontra-se a essência do que veio a ser a Doutrina Bush dos nossos dias (que só não foi posta em prática naquela ocasião pelo Bush pai, em vista da derrota republicana frente a Bill Clinton).

## **EUA: a doutrina da acção preventiva**

Com o facto de ser uma hiperpotência, única e imbatível, os Estados Unidos, por assim dizer, se desobrigavam das regras do mundo. Não há nenhum sentido existirem organizações ou instituições, a maioria delas criadas pelos próprios americanos (como ONU e NATO), que possam vir a criar-lhes embaraços ou a querer opinar sobre as questões de segurança que dizem respeito apenas aos Estados Unidos. Messiânico, Paul Wolfowitz<sup>16</sup>, como os imperialistas ianques do século 19,

---

<sup>12</sup> Doutrina Truman Anunciada pelo Presidente Harry Truman em 1947, visando a política de contenção ao comunismo. Estratégia inspirada pelo embaixador George Kennan que levou os Estados Unidos a ser a polícia do globo.

<sup>13</sup> Rand Corporation foi criada em Maio de 1948 para promover e proteger os interesses de segurança dos EUA durante a era nuclear.

<sup>14</sup> *The End of History and the Last Man*, 1992.

<sup>15</sup> 1ª Guerra do Golfo, 1990/1.

<sup>16</sup> É tido por Brzezinski, como o mais bem dotado cérebro estratégico do governo Bush. Homem do mesmo nível de Henry Kissinger e McGeorge Bundy.

acredita que a América está vocacionada a levar o seu evangelho democrático para o restante do mundo.

O único empecilho a isso é o “terrorismo”, que assim substitui o “comunismo” como demónio oficial do Estados Universal Americano que ele visualiza concretizar-se para breve. Apesar de direitista – apelidaram-no “o falcão de Bush” –, ele defende um estado palestino para o futuro, ao mesmo tempo em que advoga instituir nos países do Islão, estados muçulmanos “mansos” (cujo modelo ideal ele encontrou na Indonésia quando lá foi embaixador). Enquanto isso não suceder, ele propõe a Doutrina da Acção Preventiva, nome burocrático dado à política de Bush que decidiu erradicar do planeta, por meios de guerras preventivas, cirúrgicas, sem precisar consultar ninguém, os “paraísos” de terroristas: o Afeganistão foi o primeiro deles. Com isso, definitivamente, supera-se a posição anterior de superpotência hegemónica, que ainda agia em consonância e a concordância com seus aliados e amigos, e assume-se na íntegra a postura dos Estados Unidos como um império universal.

### **Saddam é um mau exemplo**

Wolfowitz acha “O Choque das Civilizações” de Samuel Huntington, que prevê para o futuro guerras entre culturas opostas, um erro. Acredita sim que as pessoas, independentemente da geografia, raça ou religião, maometanos ou não, querem as mesmas coisas: liberdade e consumo. Valores e bens universais que somente os Estados Unidos podem proverem e garantir. Desde algum tempo ele propôs o fim de Saddam Hussein, não por ele ser uma ameaça real, mas pelo exemplo negativo que fornece aos inimigos da América. Convenceu Bush de que o perigo não estava nas cavernas de Kandahar, mas no bunker de Bagdade<sup>17</sup>. A simples existência dele – o último representante ainda activo do nacionalismo árabe secularizado – ainda que desdentado, em atitude de permanente desafio é intolerável. É um estímulo a que se formem Al-Qaeda e Bin Ladens infernizando a vida dos americanos. Por tanto, derrube-se Saddam!

---

<sup>17</sup> Bob Woodward, em *Bush em Guerra*, 2002

## **Da dissuasão à acção preventiva**

Em Janeiro de 1998, um grupo de defensores da política conservadora advertiu, numa carta aberta ao então presidente Bill Clinton, que o esforço para "conter" o Iraque era um fracasso e o afastamento de Saddam Hussein do poder "precisa tornar-se agora o objectivo da política externa americana".

Entre os 18 signatários da carta estavam Donald H. Rumsfeld, Paul D. Wolfowitz, Richard Armitage e Richard N. Perle, todos eles ex-funcionários em governos republicanos.

Na época, esses homens estavam filiados a centros académicos e a institutos de política e não tinham particularmente nenhuma expectativa de que, dentro de cinco anos, estariam em posição de transformar as suas ideias em política governamental.

A 2.<sup>a</sup> Guerra do Golfo representa muito mais do que simplesmente um triunfo para o secretário da Defesa, Rumsfeld, e para o vice-secretário, Wolfowitz, ou para Armitage, subsecretário de Estado, e para Perle – que renunciou quarta-feira à presidência do Conselho de Política de Defesa, mas continua integrado nesse grupo de assessores do Pentágono –, sem falar dos seus colegas ligados aos media noticiosos de tendência conservadora.

Isso reflecte também, pelo menos na opinião de alguns, a predominância, sob o governo do presidente George W. Bush, dessa ideia dos conservadores, segundo a qual os programas de armas químicas, biológicas e nucleares, mantidos por "Estado problemáticos", deveriam ser confrontados com uma acção preventiva, antes que se concretize uma ameaça iminente.

As origens da guerra actual estão efectivamente enraizadas numa série de pronunciamentos relativos à política externa, feitos por estes e outros intelectuais conservadores e que datam do início da década de 1990, após o fim da guerra fria e do encerramento não conclusivo da Guerra do Golfo de 1991, que deixou Saddam no poder.

Estes homens responsáveis pela elaboração da política conservadora e estes intelectuais desenvolveram as suas opiniões e mantiveram viva a causa da deposição do presidente Saddam Hussein durante meados e fins da década de 1990 por meio de conferências em centros académicos, em revistas de política exterior e em debates realizados em institutos de pesquisa.

Depois, quando muitos deles voltaram ao poder na administração de George W. Bush, suas opiniões acabaram por dominar a política do governo, definindo uma importante mudança na concepção da política externa dos Estados Unidos.

Quando Bush começou a preencher os altos escalões do seu governo, muitos destes intelectuais, ardentemente hostis a Saddam, foram designados para cargos de grande poder, até mesmo Douglas J. Feith, subsecretário de Defesa para assuntos de política, e L. Lewis Libby, chefe da Casa Civil do vice-presidente Dick Cheney.

Embora estes elementos tenham ganho uma massa crítica no novo governo, foi somente depois dos atentados de 11 de Setembro de 2001 que eles conseguiram empurrar a questão do Iraque para o primeiro lugar na agenda de política externa de Bush. Foi então que o presidente começou a partilhar as suas profundas preocupações, com base no receio de que o Iraque pudesse fornecer armas não convencionais a grupos terroristas.

"Sem os ataques do 11 de Setembro, nunca teríamos conseguido colocar o Iraque no primeiro lugar em nossa agenda", disse um alto funcionário do governo. "Somente então foi que este presidente mostrou-se disposto a preocupar com o impensável – ou seja, que o próximo ataque poderia ser com armas de destruição em massa fornecidos por Saddam Hussein."

Nem todas as pessoas próximas do presidente Bush estão contentes com o facto de que a guerra do Iraque esteja a ser vista como um símbolo de uma nova doutrina.

"A batalha pela orientação da política dos Estados Unidos continuará", disse outro alto funcionário do governo, acrescentando que o debate a respeito da maneira de neutralizar a ameaça do Irão e da Coreia do Norte – as outras duas nações incluídas no "eixo do mal" definido por Bush – começaria ainda antes do final da luta no Iraque.

De facto, desde que Bush e sua equipa começaram a conversar a respeito da necessidade de enfrentar preventivamente "as ameaças estrangeiras", o secretário de Estado, Colin Powell, e alguns outros membros do governo frisaram que tais acções são apenas uma parte da grande série de opções que estão à disposição dos Estados Unidos.

Num destes dias, ao ser indagado se a guerra do Iraque reflectia uma doutrina mais ampla de ataques preventivos "contra inimigos", Powell respondeu: "Não.

Não. Não." Ele disse que o Iraque estava a ser atacado porque havia violado "suas obrigações internacionais", impostas em função do acordo de rendição de 1991, que exigia que Bagdade revelasse as suas armas de destruição em massa e se desfizesse delas.

Durante a entrevista, Powell disse que a publicidade em torno da doutrina da "prevenção" entronizada na Estratégia de Segurança Nacional estava a omitir o facto de que a prevenção é apenas um instrumento entre muitos outros. Uma vitória no Iraque não significa que a acção militar será usada contra outros países, disse ele.

"Eu penso que é muito exagerado dizer que, como agora este já está no bolso, então vamos para o próximo lugar", acrescentou Powell.

Apesar disso, até mesmo alguns colegas de Powell no Departamento de Estado ficaram surpresos ao ver a rapidez com que a doutrina da prevenção se consolidou no governo, transformando uma ideia, outrora obscura, que flutuava em torno dos círculos da política conservadora desde pelo menos o primeiro governo Bush numa poderosa estratégia de política.

Em 1992, os assessores do então secretário da Defesa, Dick Cheney – entre eles Wolfowitz, Libby e Zalmay Khalilzad, representante diplomático do governo no Iraque – prepararam um documento, conhecido como "Guia do Planeamento de Defesa", no qual se argumentava que os Estados Unidos deveriam preparar-se para usar a força a fim de prevenir a disseminação de armas nucleares.

O documento sugeria também que os Estados Unidos deveriam "posicionar-se para agir independentemente, quando não puder ser combinada uma acção colectiva".

Mas, quando alguns rascunhos desse documento vazaram ao público, essa revelação deixou o governo embaraçado por dar a impressão de que era linha dura demais e, por isso, o documento foi arquivado.

O princípio da "acção de prevenção" foi abordado em 1996 por um influente artigo na revista *Foreign Affairs* por Robert Kagan e William Kristol, editor de *The Weekly Standard* e ex-chefe da Casa Civil do vice-presidente Dan Quayle, sob o título *Toward a Neo-Reaganite Foreign Policy* (Rumo a uma Política Externa Neo-Reaganista).

Kristol e Kagan escreveram que a década de 1990, sob o governo de Bill Clinton, foi uma época de passividade em relação à ameaça de terrorismo, em comparação com a década de 1970, quando Ronald Reagan teve esta mesma ideia a respeito das atitudes americanas ante a ameaça do comunismo.

Em 1997, um grupo de conservadores muito conhecidos fundou o "Projecto para um Novo Século Americano", que planeava uma política externa mais agressiva dos Estados Unidos. Este grupo incluía figuras como Rumsfeld e Wolfowitz.

Kristol observa agora que o próprio Clinton começou a adoptar muitas das ideias da "acção de prevenção". Num discurso no Pentágono no dia 17 de fevereiro de 1998, Clinton disse que os Estados Unidos "simplesmente não podem permitir" que Saddam adquira armas nucleares, químicas e biológicas.

Como que prenunciando o que Bush iria dizer alguns anos mais tarde, Clinton falou de "um eixo perverso" de terroristas e de "nações fora-da-lei" que abrigam tais terroristas.

No final de 1998, Clinton autorizou incursões aéreas para bombardear o Iraque, em resposta à recusa de Saddam de cooperar com os inspectores de armas, mas o escândalo do processo de impeachment levou muitos no Congresso – particularmente os republicanos – a desconfiar da sinceridade do presidente. Em parte como resultado disso, o bombardeio foi suspenso rapidamente. A carta a Clinton naquele ano, subscrita por Rumsfeld, Wolfowitz e outros 16 conservadores, foi citada por muitos em debates sobre política externa. No Parlamento britânico, Peter Kilfoyle, destacado parlamentar contrário à guerra, mencionou esta carta para refutar a afirmação do

primeiro-ministro Tony Blair de que a guerra contra o Iraque foi provocada pelas últimas acções de Saddam. Kilfoyle<sup>18</sup> disse que os formuladores da política "definiram muito claramente" suas intenções, bem antes da actual crise.

Alguns membros do governo lembram que uma política agressiva em relação ao Iraque já era uma alta prioridade na agenda dos assessores de Bush desde os primeiros dias de seu governo. De acordo com funcionários do governo, no primeiro fim-de-semana depois dos atentados de 11 de Setembro de 2001, quando o Iraque foi apontado por Rumsfeld e Wolfowitz como uma alta prioridade, Powell argumentou que era importante enfrentar em primeiro lugar a questão do Afeganistão, da Al-Qaeda e do Taliban.

Na primavera de 2002, o Afeganistão foi ocupado por forças americanas e os conservadores do governo insistiram uma vez mais na necessidade de uma acção contra o Iraque. Desenvolvendo o tema do "eixo do mal", Bush fez um discurso em West Point no verão de 2002<sup>19</sup>, declarando que, embora "em alguns casos" ainda se aplicasse a dissuasão, "novas ameaças exigiam um novo pensamento".

"Se nós ficarmos à espera que as ameaças se concretizem plenamente, teremos esperado demais", declarou o presidente.

O chamado princípio da "acção de prevenção" – que consiste em agir para dominar a situação, antes que o outro aja – foi então incorporado à Estratégia de Segurança Nacional em Setembro de 2002 e apareceu praticamente em todos os pronunciamentos sobre o Iraque nos seis meses subsequentes.

Analistas de política, dentro e fora do governo, estão agora indagando se uma campanha bem sucedida no Iraque iria encorajar o governo a aplicar essa doutrina ao Irão e à Coreia do Norte, dois países agora mais avançados do que o Iraque nos seus programas de armas nucleares.

Funcionários do governo defensores da "prevenção" militar afirmam que esta abordagem não se aplicaria necessariamente a estes países, em parte porque a Coreia do Norte poderia retaliar e porque o Irão, mesmo que houvesse uma oportunidade no governo, provavelmente não abandonaria o seu programa nuclear.

Mas há poucas dúvidas de que o debate fundamental continuará. "Isto é apenas o começo", disse um membro do governo. "Eu não descartaria a mesma sequência de eventos, tanto no caso do Irão, quanto no da Coreia do Norte, mas as circunstâncias não obrigam os EUA a ficar no mesmo lugar.

---

<sup>18</sup> Membro do parlamento inglês e que não pretendia a intervenção militar no Iraque

<sup>19</sup> Bush discute a ameaça imposta por armas de destruição em massa, seus meios de lançamento e o desenvolvimento da nova estrutura estratégica para combater essa ameaça.

## **CONSIDERAÇÕES GERAIS SOBRE O STATUS QUO ANTE 11 DE SETEMBRO**

Considero essencial para compreender o que foi a Política Externa Norte-Americana no período que se seguiu aos ataques de 11 de Setembro de 2001, fazer uma pequena nota daquilo que George W. Bush e o seu executivo consideravam ser relevante ao interesse norte-americano nas Relações Internacionais que acabavam de receber em mãos quando tomaram posse em Janeiro de 2001.

Com a chegada ao poder de um executivo republicano liderado por George W. Bush, a postura internacional norte-americana iria certamente ser pouco diferente da executada pelo Democrata Bill Clinton. Evoluindo a partir das naturais linhas que herdou dos anos da Administração Democrata, o novo governo imprimiu o seu cunho republicano, que se fazia sentir na forma como encarava as obrigações multilaterais do seu país. Stephen M. Walt, no seu artigo *Beyond Bin Laden, Reshaping US Foreign Policy*, escrevia "...apart from an explicit disdain for certain multilateral agreements and a fixation on missile defense, the foreign policy priorities of George W. Bush and his administration were not radically different from those of their predecessors."<sup>20</sup> Na prática, o que se assistiu foi a um natural desencontro entre a posição norte-americana e a dos seus parceiros ocidentais em matéria de Tratados Internacionais. Vejamos alguns exemplos:

- Em relação ao Tribunal Penal Internacional, a administração norte-americana entendia não assinar qualquer acordo que pudesse vir a ser lesivo aos interesses e soberania norte-americanos. Os países da U.E. assinaram em bloco.
- Em relação ao Protocolo de Quioto, a administração norte-americana insiste nas afirmações de que ao assinarem o protocolo estarão a comprometer seriamente a sua indústria nacional e consequentemente o seu interesse nacional. Este protocolo foi assinado pela quase totalidade dos países ocidentais.<sup>21</sup>
- Em relação ao Tratado Anti-Testes Nucleares (*Comprehensive Test Ban Treaty*), os EUA recusam-se a assinar, e saíram unilateralmente do Tratado Anti-Mísseis Balísticos.
- Em relação ao Tratado da Biodiversidade, os EUA são contra pois o tratado traduz um impedimento a futuros avanços na Biotecnologia.

Mas as assimetrias não ficam por aqui. George W. Bush (GWB) recuperou uma ideia dos anos Reagan, o célebre NMD (*National Missile Defense*), e tenciona pô-lo a funcionar. Muitos consideram esta política um revivalismo chauvinista da Guerra-Fria, outros encaram-no com relativo cepticismo<sup>22</sup>.

Logo em Fevereiro de 2001, a máquina diplomática montada por GWB foi posta à prova depois um delicado incidente com a República Popular da China (RPC), desencadeado pela queda de uma aeronave da USAF (*United States Air Force*) em solo chinês. A aeronave e a sua tripulação foram alvo de várias disputas entre os governos norte-americano e chinês. Os EUA conseguiram que a RPC devolvesse o aparelho e a sua tripulação, não sem que antes os chineses tivessem efectuado uma vistoria completa ao aparelho e conseguissem algumas garantias norte-americanas na questão da Formosa.

Os norte-americanos não saíram airosoamente desta questão, e parecia que para os chineses, o sabor era de vitória. Mas certo era que por algumas semanas, a onda de críticas que o NMD recebia por parte da opinião pública internacional parecia ter abrandado.

Outra polémica envolvia a posição do executivo norte-americano em relação ao Médio Oriente, mais concretamente em relação ao conflito Israelo-Palestiniano; Washington entendia que devia apoiar o seu aliado israelita, raramente questionando a forma como este vinha a levar a cabo as

<sup>20</sup> Stephen M. Walt, *International Security*, vol. 26, Nº 3 (Inverno de 2001/02), pages. 56-78

<sup>21</sup> Os países da U.E. assinaram todos o Protocolo.

<sup>22</sup> A U.E. considera que esta iniciativa possa conduzir a uma escalada armamentista

acções de retaliação ás “provocações” palestinianas<sup>23</sup>, ao mesmo tempo que mantinham um diálogo com o executivo de Ariel Sharon. A forma parcial como os EUA encaravam o Médio Oriente foi alvo de alguma polémica no seio do Ocidente Democrático e cada vez mais a opinião pública europeia se demarcava das posições norte-americanas. A Rússia chegou mesmo a publicar um ano antes no seu Documento de Segurança Nacional que estava em construção um sistema de relações internacionais baseado na liderança das democracias ocidentais e sob alçada dos EUA, concebido para a tomada de decisões unilaterais em assuntos chave da política mundial.

Concebido ou não para esse intuito, o que se verificava era uma típica retracção da presença norte-americana no mundo, manifestada pela relutância em manter tropas americanas nos Balcãs, pelo claro apoio a Israel (satisfazendo os grupos de pressão sionista em Washington), e uma propensão para se abster de compromissos multilaterais que significassem mais perdas do que ganhos para os interesses americanos<sup>24</sup>.

O governo de Bush prosseguia na arena internacional procurando tratar do alargamento da NATO (passando a incluir os países do Leste Europeu), as relações com a Rússia e com a China, e procurar atingir uma cada vez maior liberalização dos mercados, para que a economia norte-americana conseguisse sair da quebra que já vinha a acentuar-se.

Com uma economia que produz ¼ do PIB mundial, que gasta em Defesa o equivalente aos 7 países que se lhe seguem e banhado pelas duas maiores massas de água do planeta, a política externa americana era o reflexo natural de tão evidente superioridade.

---

<sup>23</sup> As Forças Armadas Israelitas retaliavam aos ataques suicidas com assassinatos a operacionais do Hamas com raids de helicóptero e rockets. O resultado era um banho de sangue.

<sup>24</sup> A forma como Estados Unidos e Israel abandonaram unilateralmente as reuniões da Cimeira das Nações Unidas sobre a Discriminação Racial provocou uma forte onda de reprovação por toda a comunidade Internacional.

## 2º Capítulo O 11 de Setembro de 2001

### O que mudou e o que não mudou com o 11 de Setembro

#### O Dia 11 de Setembro

A era pós guerra-fria, que se iniciou com o colapso da União Soviética há quase doze anos, encerrou-se abruptamente na manhã clara e ensolarada de 11 de Setembro de 2001. Subitamente, ataques terroristas coordenados transformaram o ambiente de segurança internacional e ditaram uma nova e importante estratégia para os Estados Unidos.

O dia 11 de Setembro marcou o início de uma nova era no pensamento estratégico norte-americano. Os ataques terroristas daquela manhã tiveram impacto comparável ao ataque a Pearl Harbour<sup>25</sup> em sete de Dezembro de 1941, que lançou os Estados Unidos para a Segunda Guerra Mundial. Antes de 11 de Setembro, o governo Bush encontrava-se na fase de desenvolvimento de uma nova estratégia de segurança nacional. Isso estava a ser feito com a Análise Quadrienal da Defesa, bem como em outros cenários. Num momento, entretanto, os ataques de 11 de Setembro transformaram o ambiente de segurança internacional. Uma ameaça totalmente nova e perniciosamente tornou-se realidade e ditou uma nova e importante estratégia para os Estados Unidos. Esta nova política, agora cognominada "Doutrina Bush", concentra-se na ameaça do terrorismo e das armas de destruição em massa.

Não era a primeira vez que o World Trade Center era alvo de um ataque<sup>26</sup>, mas este foi sem dúvida o mais marcante. Não se tratava de uma acção terrorista normal, pelo menos dentro das tipologias identificadas pelos especialistas norte-americanos em contra-terrorismo. Aliás, nenhuma tipologia se enquadra neste ataque, mas sim uma composição criativa de comportamentos terroristas normais<sup>27</sup>, pois rapidamente se depreendeu que o ataque não era levado a cabo por nenhum governo de nenhum estado inimigo. Porém, havia ainda que classificar o que sucedeu e reagir em conformidade.

A administração norte-americana tinha consciência disto quando o presidente se dirigiu à nação afirmando que se tratava da "luta do Bem contra o Mal" e que o "País tem de ser paciente". Colin Powell afirmava por sua vez que "o povo norte-americano compreende que se trata de uma guerra, devemos responder como a uma guerra"<sup>28</sup>. O mais interessante neste tipo de discurso é a presença da dualidade Bem/Mal, expressa também no discurso "ou estão connosco ou estão contra nós", que George Bush proferia quando requeria a extradição aos líderes talibans, de Osama Bin Laden, o primeiro rosto da Guerra contra o Terrorismo.

Por ter sido um violento ataque à maior potência mundial, naturalmente que isso tem implicações concretas no Sistema Internacional, na política externa de todos os países que de alguma forma estão relacionados com os EUA<sup>29</sup>. É precisamente ao nível da política externa norte-americana que conseguimos vislumbrar as maiores alterações.

A primeira delas é que neste momento, os EUA são um país em guerra, daí que forçosamente, a sua política externa se adequa a um país em guerra. A particularidade do ataque gerou em si um

---

<sup>25</sup> Em 1941, no dia 7 de Dezembro, num terrível ataque surpresa de esquadrões de bombardeiros japoneses à base naval americana de Pearl Harbour, no Hawaii, apanhando as forças armadas norte-americanas desprevenidas, a dor, a morte e o sofrimento invadem a vida de muitos inocentes, cujo rumo se altera radicalmente. Com enorme violência arrasam terrenos e vidas, e assim os Estados Unidos são levados à Segunda Guerra Mundial

<sup>26</sup> Em 1993, um engenho armadilhado deflagrava nas caves do WTC, na altura provocando alguns feridos.

<sup>27</sup> Resgate de aviões combinado com ataque bombista. Neste caso, as bombas são os próprios aviões.

<sup>28</sup> Graça Henriques e Paula Sá, "Suicidas identificados", Diário de Notícias, de 13 de Setembro 2001, pag. 4.

<sup>29</sup> Quase tantos como as nacionalidades que têm vítimas entre os escombros do WTC

conjunto particular de acções norte-americanas; estão em guerra mas não há batalhas diárias dignas de uma guerra, existe antes um intenso jogo diplomático com vista a apenas um único objectivo: aumentar a segurança interna e externa norte-americana<sup>30</sup>. Este aumento de segurança implica não só a prevenção contra ataques desta natureza, mas também ataques com armamento químico, nuclear ou até mesmo biológico. William J. Perry, num artigo para a Foreign Affairs afirma: “Nuclear or biological weapons in the hands of terrorists or rogue states constitute the greatest single danger to American security – indeed to World security - and a threat that is becoming increasingly less remote.”<sup>31</sup> O receio de que este ataque pudesse ter sido feito com qualquer um deste tipo de armamento, leva os norte-americanos a repensar todo o seu posicionamento no mundo. Stephen M. Walt diz-nos no seu artigo Beyond Bin Laden<sup>32</sup> que os Estados Unidos têm muito que ponderar e tirar conclusões. Uma das primeiras conclusões de Walt é a de que o ataque aos Estados Unidos altera a forma como os norte-americanos vêem o mundo; que a sua política tem custos; que os Estados Unidos são menos populares do que pensam; que estados falhados como o Afeganistão, a Somália são um problema. Na opinião de Walt, “Recognizing this problem does not eliminate the need to make judgements about wich failed states are potential threats to U.S. interests and wich are not. The United States cannot rebuild every failed state, but the attacks on September 11 suggests that doing nothing will sometimes be more costly”. Esta opinião é legítima e ponderada, mas no entanto parece abrir a porta a um maior intervencionismo americano no globo. Walt continua, afirmando que os ataques se devem em parte aos recalitrantes conflitos no Afeganistão, Caxemira, Cisjordânia e na Faixa de Gaza, e que “The September 11 attacks on the United States might never have occurred had these violente struggles been resolved. Thus, helping to settle protracted civil conflicts is not merely for the world in general; it can also make the United States safer”<sup>33</sup>. Walt reconhece que até uma superpotência como os Estados Unidos necessita de apoio de outros países para actuar no sistema<sup>34</sup>.

É nesta linha de pensamento que a administração norte-americana reage aos ataques, desencadeando contactos diplomáticos no sentido de criar em torno de si uma coligação internacional que dê o seu apoio às suas políticas.

A forma como a comunidade internacional reagiu aos atentados variou de intensidade, com sinais de apoio dos quatro cantos do mundo e das mais variadas nações, estados e líderes<sup>35</sup>. A NATO invocou o Artigo 5º pela primeira vez na sua história, a ONU emite uma Resolução do Conselho de Segurança que apela à união em torno do povo norte-americano, a União Europeia, que em tempos beneficiou da ajuda norte-americana<sup>36</sup>, reuniu em Bruxelas para aprovar um pacote de medidas com vista a aumentar a segurança nos seus países e em colaborar com as autoridades norte-americanas em matéria de terrorismo e informações.

A Rússia reagiu ao ataque com indignação. O presidente russo, Vladimir Putine, afirmava no dia dos atentados que “os acontecimentos de hoje voltam a sublinhar a importância de unir os esforços da comunidade internacional no combate ao terrorismo”<sup>37</sup>. Para o Ministro da Defesa russo, Sergei Ivanov a questão era muito simples: a Rússia desejava apoio internacional na sua luta contra os rebeldes tchetchenos, em contrapartida os russos juntam-se aos EUA e os aliados da NATO na luta contra o terrorismo. O Procurador-geral Vladimir Ustinov fez questão de aproximar os interesses

---

<sup>30</sup> Timothy Garton Ash, jornalista e historiador britânico, escrevia num artigo de opinião publicado no diário Publico de 17 de Setembro de 2001, intitulado “Assim começa o século XXI” que “...o que vai acontecer no mundo no início do século XX depende mais do que nunca da conduta de um só país, os Estados Unidos...”

<sup>31</sup> William J. Perry, “The Next Attack”, Foreign Affairs, Novembro/Dezembro de 2001, vol. 80, nº 6, pags. 31-45.

<sup>32</sup> Artigo publicado na International Security, vol.26, nº30 (Inverno 2001/02), pags. 56-78.

<sup>33</sup> Stephen M. Walt, “Beyond Bin Laden”, International Security, vol. 26, nº 30, (Inverno 2001/2002), pag. 62 e n. 16.

<sup>34</sup> Walt não está sozinho na sua opinião. Ver Joseph Nye, “Lessons in Imperialism”, Financial Times, 16 de Junho de 2002, retirado do site: [http://www.ksg.harvard.edu/news/opeds/nye\\_imperialism\\_ft\\_061602.htm](http://www.ksg.harvard.edu/news/opeds/nye_imperialism_ft_061602.htm)

<sup>35</sup> Fidel Castro disponibilizou equipas médicas para prestar auxílio, e Yasser Arafat foi o primeiro líder mundial a dar sangue (o líder palestiano demarcou-se desde logo dos atentados).

<sup>36</sup> É inquestionável o apoio americano na reconstrução da Europa, sem o qual este poderia ter sido muito diferente.

<sup>37</sup> Virgílio Azevedo, “Mundo quer castigo sem vingança”, caderno “Especial” do semanário Expresso de 15 de Setembro de 2001, pag. 4.

russos na Tchetchénia com os interesses norte-americanos na luta contra o terrorismo, ao revelar que “os terroristas tchetchenos têm sido treinados com o apoio de Bin Laden”<sup>38</sup>. A reacção israelita foi interessante. Telavive rapidamente pôs em prática um plano de segurança máxima. Ariel Sharon, o Primeiro-ministro de Israel intensificou a repressão à Intifadeh e em conversa com o Secretário de Estado norte-americano Colin Powell, afirmou considerar que Yasser Arafat era “o nosso Bin Laden”. Com este tipo de retórica, Telavive está interessada em que a agenda da guerra contra o terrorismo passe pela Cisjordânia e pela Faixa de Gaza, e ao identificar Arafat com Bin Laden, Sharon prepara-se para perseguir o líder palestino como os EUA perseguem Bin Laden. No entanto George W. Bush não apreciou muito a ideia de Sharon intensificar a repressão, pois se os Estados Unidos estavam a iniciar uma campanha em que o apoio do mundo árabe é essencial, não era nada agradável ter Israel a hostilizar os esforços de coligação. A reacção chinesa foi um misto de repúdio com aviso. O governo chinês também se vê a braços com uma crise separatista na província de Xinjiang<sup>39</sup>, de maioria muçulmana, palco de violentas acções separatistas. O Presidente chinês, Jiang Zemin fez um apelo ao “fortalecimento da cooperação internacional contra o terrorismo”. Um funcionário governamental faz notar que “Os EUA tinham a mania de interferir nos assuntos internos de outros países e pensavam que depois do colapso da URSS podiam fazer o que queriam. Espero que tenham aprendido”. Parece que o governo de Pequim ainda não tinha esquecido o passado incidente de Fevereiro, nem tampouco iria continuar a aceitar ingerências americanas nas suas relações com a Formosa. Todavia, Pequim também desejava o fim dos problemas em Xinjiang, por isso deu o seu apoio à luta contra o terrorismo.

Os Estados Unidos declararam guerra ao terrorismo internacional<sup>40</sup>. Como todas as guerras – e esta não é excepção – tendem a realinhar os estados do Sistema Internacional, esta guerra gerou um novo alinhamento, onde novos estados entram no círculo de hegemonia norte-americana, como a Rússia e o Paquistão, outros reforçaram os seus laços, como a Grã-Bretanha, a Itália, a Espanha e a Alemanha<sup>41</sup>.

### **O Fim da Era Pós Guerra-Fria**

O dia 11 de Setembro impôs final súbito à era Pós Guerra-fria que havia começado quase exactamente 12 anos antes. Aquele período originou-se da queda dramática do Muro de Berlim na noite de 9 de Novembro de 1989, acompanhada em rápida sucessão pelo colapso do comunismo na Europa Oriental, pelo final da Guerra Fria e, em Dezembro de 1991, pela dissolução da União Soviética. Pela primeira vez em mais de meio século, os Estados Unidos pareciam não mais enfrentar uma grande ameaça isolada à sua segurança nacional e ao seu modo de vida. No final da década de 1930 e na Segunda Guerra Mundial, essa ameaça veio do fascismo. Durante a Guerra-fria, era a União Soviética e o comunismo soviético. Nos dois casos, o perigo era expressivo e sem ambiguidades. Como resultado, nos Estados Unidos e entre seus aliados, havia amplo consenso sobre a existência de uma importante ameaça, muito embora às vezes surgissem diferenças (como no caso do Vietname) sobre cursos específicos de acção.

---

<sup>38</sup> Virgílio Azevedo, ob. cit.

<sup>39</sup> Área fronteira com o Afeganistão.

<sup>40</sup> Se os Estados Unidos tencionam enfrentar o terrorismo global, então estamos perante uma tarefa hercúlea. A lista dos grupos terroristas é extensa, mas os grupos principais são: Hamas, Hezbollah, Jihad Islâmica na Palestina, Organização 17 de Novembro na Grécia, o IRA na Irlanda do Norte, a ETA em Espanha, o Abu Sayyaf nas Filipinas, as FARC colombianas, o GIA (Grupo Islâmico Armado) na Argélia, o Al-Gama'a al-Islamiyya, a Jihad Islâmica no Egipto e o Exército Islâmico de Aden no Iémen. Crê-se que a maior parte destes grupos tenham ligações com a rede de Bin Laden, a Al-Qaeda.

<sup>41</sup> Tudo isto não é de estranhar, pois ficou assente que todos haviam sofrido com os atentados, os russos com os tchetchenos, os paquistaneses com os rebeldes de Caxemira, os britânicos com o IRA, os italianos com as Brigadas Vermelhas, os espanhóis com a ETA, e no meio disto tudo uma Alemanha com a maior parte da sua imigração de origem muçulmana e que, ao que parece, alberga células da Al-Qaeda, a rede de Bin Laden. Necessariamente, as políticas destes estados devem convergir.

De 1989 a 2001, existiu uma multiplicidade de perigos menores (por exemplo, conflitos étnicos, proliferação de armas, terrorismo, instabilidade política e financeira, Estados fracassados, o impacto das mudanças climáticas, doenças infecciosas e a pobreza. Embora nenhum perigo surgisse como dominante, os Estados Unidos foram realmente levados a uma série de intervenções militares em resposta a conflitos locais ou regionais, como no caso da invasão do Kuwait pelo Iraque (1990/91), Somália (1991/92), Haiti (1994), Bósnia (1995) e Kosovo (1999). Ao mesmo tempo, houve outros conflitos em que os Estados Unidos não intervieram, mais de notadamente durante o genocídio em Ruanda (1994), na Bósnia de 1992 até Julho de 1995, e nas guerras civis da Libéria, Serra Leoa, República Democrática do Congo (conhecida anteriormente como Zaire) e outros lugares.

"Estratégia básica" é a expressão que descreve como um país utilizará os diversos meios que possui (militares, económicos, políticos, tecnológicos, ideológicos e culturais) para proteger e promover a sua segurança geral, valores e interesses nacionais. Durante a Segunda Guerra Mundial, isso significou uma grande aliança, mobilização e guerra total para derrotar a Alemanha nazista e o Japão. Durante a Guerra-fria, a doutrina de política externa norte-americana poderia ser descrita com uma palavra: contenção. Ao contrário da era da Guerra-fria, a formulação de uma estratégia principal ou qualquer doutrina específica provou ser ilusória durante a década de 1990. Ao contrário das quatro décadas da Guerra-fria, não havia consenso sobre a natureza das ameaças aos interesses nacionais norte-americanos, ou mesmo sobre como caracterizar a nova era. Como resultado, uma série de doutrinas provisórias foi levada a cabo durante a década de 1990, de entre elas, ideias referentes a uma nova ordem mundial, multilateralismo afirmativo e uma estratégia de Engagement e ampliação para encorajar a difusão das democracias e economias de mercado. Cada uma dessas abordagens continha seus pontos fortes, mas nenhuma provou ser suficientemente abrangente ou durável como estratégia principal para a nova era.

Em retrospectiva, mesmo sem uma estratégia importante, três amplos elementos condicionaram a política externa norte-americana durante os anos Pós Guerra-fria. O primeiro foi a situação de primazia dos Estados Unidos. Ou seja, após o colapso da União Soviética, os Estados Unidos permaneceram em posição quase sem precedentes ao longo de todas as dimensões pelas quais se mede o poder: económico, militar, tecnológico e cultural. Nenhum outro país chegou perto do mesmo nível e nenhum parecia ser um desafiador provável no futuro imediato. Como escreveu o historiador Paul Kennedy, autor de *The Rise and Fall of the Great Powers* (Ascensão e Queda das Grandes Potências): "Nunca existiu nada como essa disparidade de poder; nada."<sup>42</sup> Essa preponderância precipitou reacções tanto de admiração como de ressentimento.

Em segundo lugar, como resultado da primazia, bem como das capacidades relativamente limitadas de organismos regionais ou internacionais como as Nações Unidas e a União Europeia, os Estados Unidos possuíam papel exclusivo para estar à altura dos problemas internacionais mais urgentes, seja em conflitos regionais, limpeza étnica, crises financeiras ou outros tipos de questões. Isso não significava que os Estados Unidos poderiam servir ou serviriam de polícia do mundo, mas significava que, a menos que os Estados Unidos estivessem activamente no Engagement, seria improvável a administração eficaz dos problemas mais perigosos do mundo.

Em terceiro lugar, entretanto, não era aparente um risco isolado, superior e inequívoco. No campo doméstico, isso teve o efeito de relegar a baixa prioridade à política externa para a maior parte dos norte-americanos, o que tornava mais difícil para qualquer governo obter apoio para a elaboração de política externa abrangente ou para a alocação de recursos substanciais nesse sentido. No exterior, apesar da colaboração aliada na Guerra do Golfo contra o Iraque e, por fim, ao lidar com a guerra civil na Bósnia e a limpeza étnica em Kosovo, a ausência da ameaça soviética tornou mais difícil a cooperação, pois não parecia existir um imperativo para a acção colectiva face a um inimigo comum.

## O Desafio do 11 de Setembro

---

<sup>42</sup> Paul Kennedy, em *London Financial Times*, 10 de fevereiro de 2002.

Tudo isso mudou num único dia, em 11 de Setembro de 2001. O terrorismo não era mais um, de entre uma série de diversos riscos aos Estados Unidos, mas uma ameaça fundamental para o país, sua forma de vida e seus interesses vitais. Os terroristas da Al-Qaeda, que idealizaram o uso de jactos jumbo sequestrados para atacar o Pentágono, destruir as torres gémeas do World Trade Center e matar quarenta passageiros e tripulantes sobre o sudeste da Pensilvânia, estavam a executar homicídios em massa como meio de intimidação política. Ainda é preciso determinar se o seu uso anárquico e extremo do Islamismo como doutrina política constitui ou não o terceiro grande desafio totalitário para os Estados Unidos depois do fascismo e do comunismo. Entretanto, a disposição dos terroristas de conduzirem ataques homicidas em massa, neste caso dirigidos a dois dos mais poderosos símbolos da vida comercial e governamental dos Estados Unidos, representa agora um risco grande e inquestionável.

A gravidade dessa ameaça é amplificada por dois factores adicionais. Em primeiro lugar, a crueldade e disposição de matar a sangue frio grandes quantidades de civis inocentes sem a mais leve questão moral elevou os receios sobre o uso potencial de armas de destruição em massa. Considerando a conduta dos terroristas e as afirmações dos seus líderes, bem como as provas de que financiadores estatais do terrorismo estão a tentar adquirir armas químicas, biológicas e nucleares, existe agora risco de que as armas de destruição em massa poderão ser utilizadas no futuro directamente contra os Estados Unidos, bem como contra amigos e aliados norte-americanos no exterior. Em segundo lugar, devido ao facto de que os 19 terroristas nos quatro aviões sequestrados cometeram suicídio ao conduzirem seus ataques, os preceitos de contenção são agora questionados. Por outro lado, mesmo na época da Guerra Fria, os estrategas norte-americanos podiam fazer os seus cálculos com base no suposto raciocínio dos líderes soviéticos e no conhecimento de que eles não cometeriam espontaneamente suicídio nuclear ao iniciarem um ataque maciço contra os Estados Unidos ou seus aliados. O dia 11 de Setembro, entretanto, frustra essa consideração fundamental.

### **Nova e Grande Estratégia para os Estados Unidos**

Como consequência imediata do 11 de Setembro, o governo Bush voltou a sua atenção para a guerra contra o terrorismo. Primeiramente, na frente doméstica, o governo tentou e recebeu resolução conjunta do Congresso, a autorização do uso do poderio militar no exercício da autodefesa legítima. Na linguagem da resolução: "O presidente está autorizado a utilizar toda a força necessária e apropriada contra as nações, organizações ou pessoas que determine como tendo planejado, autorizado, cometido ou auxiliado os ataques terroristas que ocorreram em 11 de Setembro de 2001... a fim de evitar qualquer acto futuro de terrorismo internacional contra os Estados Unidos..."

A resolução foi aprovada por 98x0 no Senado e 420x1 na Câmara dos Deputados. A opinião pública, que estava profundamente dividida desde a eleição presidencial de Novembro de 2000, correu em amplo apoio, não apenas ao esforço de guerra, mas ao próprio presidente.

Em segundo lugar, os Estados Unidos tentaram e receberam o voto unânime do Conselho de Segurança das Nações Unidas em 28 de Setembro. A Resolução 1373<sup>43</sup>, exige que todos os Estados membros criminalizem as actividades financeiras da Al-Qaeda, compartilhem informações de inteligência e tomem medidas para evitar a movimentação de terroristas. Embora a resolução tenha efeito mais simbólico do que prático, ela dá legitimidade multilateral para a batalha liderada pelos norte-americanos contra o terrorismo.

---

<sup>43</sup> Adoptada com base no Capítulo VII da Constituição das Nações Unidas, que atribui ampla autoridade ao Conselho de Segurança para que execute sua decisão e faça com que a resolução comprometa todos os países membros das Nações Unidas.

Em terceiro lugar, os 19 membros da OTAN invocaram o Artigo V<sup>44</sup> do Tratado do Atlântico Norte pela primeira vez na história da aliança. O Artigo V trata um ataque contra um Estado membro como um ataque contra todos e exige que tomem ações com base nos seus respectivos procedimentos constitucionais. Por fim, cerca de 16 dos 19 países contribuíram com pessoal para a campanha do Afeganistão, muito embora a guerra não fosse formalmente conduzida como operação da OTAN. Também houve cooperação política, militar e de inteligência adicional por um grande número de Estados, incluindo a Rússia, China e muitos dos vizinhos do Afeganistão, Ásia e Oriente Médio.

Nos meses que se sucederam, o poderio aéreo norte-americano e as Forças Especiais dos Estados Unidos, em apoio à oposição afegã, venceram rapidamente o regime Talibã que governava o Afeganistão juntamente com seus aliados da Al-Qaeda. Essa vitória ocorreu muito mais rapidamente e com muito menos perdas que esperavam muitos observadores e foi comemorada pela população local, que se viu liberta do regime opressivo dos Talibã.

Desde o princípio, entretanto, o presidente tem sido explícito ao afirmar que a guerra contra o terrorismo não será completada rapidamente e, em Janeiro de 2002, no discurso para uma sessão conjunta do Congresso, ele descreveu o que logo ficou conhecido como a "Doutrina Bush".

*"... (Nós) fecharemos acampamentos de terroristas, destruiremos planos terroristas e traremos os terroristas para a justiça. E... devemos evitar que os terroristas e regimes que querem armas químicas, biológicas ou nucleares ameacem os Estados Unidos e o mundo..."*

*Ainda assim, o tempo não está do nosso lado. Não aguardarei os eventos enquanto os perigos se acumulam. Não pararei enquanto os perigos chegam cada vez mais perto. Os Estados Unidos da América não permitirão que os regimes mais perigosos do mundo nos ameacem com as armas mais destrutivas do planeta."*

## **Discurso Estado da União, 29 de Janeiro de 2002.**

Dois elementos são fundamentais para a doutrina. O primeiro é um sentido de urgência, reflectido nas palavras de que "o tempo não está do nosso lado". O segundo é que o perigo exclusivo criado pelas armas de destruição em massa exige que os Estados Unidos se preparem para tomar ações rápidas, decisivas e antecipadas. Esses imperativos reflectem o cálculo de que, sejam quais forem os riscos da ação, os riscos da omissão são mais perniciosos. Além disso, o presidente deixou claro que alguns Estados apresentam ameaça maior, especialmente o Iraque, Irão e Coreia do Norte, que ele denominou "o eixo do mal". A preocupação aqui não é apenas o risco de que esses países adquiram por si próprios armas de destruição em massa, mas também o risco de que possam finalmente disponibilizar essas armas a outros, particularmente a grupos terroristas como a Al-Qaeda.

Nos meses que se seguiram, autoridades seniores de política externa, bem como o presidente, repercutiram sobre a abordagem do governo, incluindo a possibilidade de antecipação, ou seja, tomada de ações preventivas em vez de aguardar passivamente que os Estados Unidos ou seus aliados sofram ataque antes de reagirem. O secretário da Defesa Donald Rumsfeld, por exemplo, observou: "Um terrorista pode atacar a qualquer momento, em qualquer lugar, utilizando uma série de técnicas. É fisicamente impossível defender-nos a todo momento em todos os locais... seja algo como varíola, antraz, armas químicas, armas de radiação ou a morte de milhares de pessoas no

---

<sup>44</sup> As Partes concordam em que um ataque armado contra uma ou várias delas na Europa ou na América do Norte será considerado um ataque a todas, e, conseqüentemente, concordam em que, se um tal ataque armado se verificar, cada uma, no exercício do direito de legítima defesa, individual ou colectiva, reconhecido pelo artigo 51. ° Da Carta das Nações Unidas, prestará assistência à Parte ou Partes assim atacadas, praticando sem demora, individualmente e de acordo com as restantes Partes, a acção que considerar necessária, inclusive o emprego da força armada, para restaurar e garantir a segurança na região do Atlântico Norte.

Qualquer ataque armado desta natureza e todas as providências tomadas em consequência desse ataque são imediatamente comunicados ao Conselho de Segurança. Essas providências terminarão logo que o Conselho de Segurança tiver tomado as medidas necessárias para restaurar e manter a paz e a segurança internacionais.

World Trade (Center). Mesmo a Constituição das Nações Unidas garante o direito de autodefesa. E a única forma eficaz de defesa é levar a batalha para onde se encontram os terroristas... Por isso, a antecipação com poderio militar é agora uma ideia operativa."<sup>45</sup>.

Em seguida, no discurso no dia 1o de Junho na Academia Militar dos Estados Unidos, o presidente disse aos cadetes reunidos que os Estados Unidos devem estar prontos para "acções antecipadas quando necessário" para defender a liberdade e as vidas. De forma semelhante, o vice-presidente Cheney prometeu que os Estados Unidos "fechariam acampamentos terroristas onde quer que se encontrem" e observou, sobre o Iraque, que um "regime que odeia os Estados Unidos nunca deve preparar-se para ameaçar os norte-americanos com armas de destruição em massa."<sup>46</sup>.

Ao mesmo tempo, o secretário de Estado Colin Powell afirmou que, caso seja utilizada força antecipada, ela deve ser empregue decisivamente. Ele também afirmou que a antecipação pode envolver poderio militar, bem como prisões, sanções e medidas diplomáticas. A conselheira de Segurança Nacional Condoleezza Rice apontou o bloqueio de 1962 durante a crise dos mísseis cubanos como exemplo de acção antecipada bem sucedida<sup>47</sup>. A Doutrina Bush e a sua elaboração incorporam a estratégia principal norte-americana um ano após 11 de Setembro, mas ela não existe isoladamente. Sua viabilidade dependerá, em parte, de apoio doméstico sustentado, da reacção internacional e da capacidade dos Estados Unidos suportarem os encargos dessa estratégia. No cenário doméstico, embora haja agudas diferenças partidárias sobre outras questões, subsiste o amplo apoio bipartidário em política externa. Ao mesmo tempo, a opinião pública apoia veementemente a guerra contra o terrorismo, bem como o derrube do ditador iraquiano Saddam Hussein. Além disso, existem poucas indicações de encargos com maiores gastos de defesa serão difíceis de serem sustentados. Antes de 11 de Setembro, a parcela do produto interno bruto dedicado à defesa havia diminuído para 3%, o nível mais baixo desde Pearl Harbour. Mesmo aumentos substanciais dos gastos com a defesa, que elevaram esse número para 3,3% e poderão atingir até 4% ao longo de um período de alguns anos, não constituiriam encargo drástico em comparação com os níveis da Guerra-fria.

As reacções internacionais à Doutrina Bush têm sido mais complexas e surgiram diferenças com países aliados e outros com referência ao Iraque, ao Oriente Médio e até que ponto os Estados Unidos deverão ser mais "multilaterais" na sua abordagem a uma ampla gama de problemas internacionais. Grande parte dessa discordância permanece, entretanto, retórica e continua a haver extensa cooperação em esforços militares e de inteligência. Algumas das reacções extensas são consequência inevitável da primazia norte-americana. Ainda assim, a reacção em mutação e sua tendência para que permaneça em grande parte simbólica reflectem a falta de meios eficazes de execução internacional através das instituições regionais e mundiais existentes. Por fim, a Doutrina Bush representa a estratégia para defender os Estados Unidos contra ataques potenciais com armas de destruição em massa. Além disso, ela incorpora o papel exclusivo dos Estados Unidos no mundo para ajudar a proteger os demais contra essa devastação.

---

<sup>45</sup> Entrevista, "Jim Lehrer Newshour", PBS, 4 de fevereiro de 2002

<sup>46</sup> *Washington Post*, 25 de junho de 2002

<sup>47</sup> Citações de *The Economist*, 22 de junho de 2002, pág. 29

## O 11 DE SETEMBRO E A EUROPA

Na Europa, os atentados foram vistos como uma barbárie, actos de pura violência e desprezo pela vida humana. Um vasto número de nações chorou as suas vítimas por entre os escombros do WTC. A Europa não foi excepção. Mas para os europeus, o 11 de Setembro teve consequências, que, relacionadas com a crise de segurança generalizada, condicionam a forma como a Europa tenciona resolver os novos desafios. Desde muito cedo ficou provado que os terroristas que levaram a cabo as acções de 11 de Setembro, provinham de células da rede de Bin Laden na Europa. Em vários países europeus<sup>48</sup> foram detidos e interrogados suspeitos pertencentes á rede terrorista, foram investigadas contas bancárias, e desmantelados possíveis atentados.

A Grã-Bretanha, fiel aliado dos norte-americanos, esteve desde o início do lado de George W. Bush. Sempre de forma inequívoca, Tony Blair apoiou e aconselhou o governo norte-americano a procurar uma solução que passasse pelo apoio total dos seus aliados, numa acção concertada e legitimada pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas. O povo britânico, acostumado a viver com a ameaça do terrorismo separatista

Irlandês, apoiava a iniciativa do seu Primeiro-ministro, que conseguia apoio interno para prosseguir na agenda política da guerra contra o terrorismo.

Em França, Jacques Chirac afirmava peremptoriamente que ele e os franceses estão com a América, e que um possível envolvimento militar francês estava a ser tido em conta. Numa nação pouco habituada a aceitar as visões norte-americanas do globo, a violência fez com que os franceses desta vez tivessem de dar o seu apoio aos norte-americanos. No entanto, ficou sempre a ressalva de que a retaliação deveria ser legitimada pelo Conselho de Segurança das Nações Unidas, mediante provas concretas da incriminação de Bin Laden, e num cenário de respeito pelo Direito Internacional.

Parecia que a Europa estava à procura do seu lugar. Antes dos atentados, a Europa começava a dar os primeiros passos na busca de uma diplomacia comum<sup>49</sup>. Depois de ter reagido de forma disciplinada e unida aos atentados, a Europa como que paralizou. Poder-se-ia dizer que a Europa agiu por intermédio das suas capitais. Londres agiu de imediato, Paris e Berlim reagiram e prometeram agir. Todos os governos europeus declararam a sua solidariedade com os americanos e a sua disponibilidade em prestar auxílio. Mas a União, como tal, não teve nem voz nem estratégia. A União Europeia ainda não possui os meios necessários para poder actuar a uma só voz, daí que se tivesse assistido a um protagonismo das suas capitais (e não de Bruxelas), e a uma correria para Washington. E quem se destacava mais era Tony Blair. O líder britânico estava apostado em ser a testa-de-ponte entre a diplomacia europeia e a sua congénere americana.

As “Estratégias Comuns” que até agora foram preparadas em Bruxelas não passam de meros documentos com fraca ou nenhuma executabilidade. Javier Solana, responsável pela Política Externa de Segurança Comum, foi cuidadosamente esvaziado de poder e de instrumentos. É legítima a dúvida sobre se alguma vez os teve. A Comissão Europeia não é tida nem achada numa área política ainda fortemente intergovernamental.

Para os governos europeus, esta pode ser uma oportunidade para redefinir o seu posicionamento internacional. Para os alemães, isto não podia ser mais verdadeiro. Gerhard Schröder, num discurso perante o Bundestag em 11 de Outubro dizia: “A

Alemanha assumirá as suas responsabilidades em todos os seus domínios e isso implica, sem qualquer ambiguidade, uma cooperação e uma participação militar”<sup>50</sup>. A frase marca uma viragem

---

<sup>48</sup> Reino Unido, Bélgica, França, Alemanha, Espanha, Holanda, República Checa, Suíça, Itália e Bosnia-Herzegovina. Fonte Time, James Graff, “A network of terror”, 5 de Novembro de 2001, pag. 29

<sup>49</sup> No Kosovo, conseguiu agir condignamente, mesmo sob liderança dos Estados Unidos. Conseguiu evitar uma nova crise na Macedónia e reagiu de forma positiva ás investidas unilateralistas da Administração Bush. Conseguira também criar uma plataforma comum no Médio Oriente, tentando ocupar o lugar deixado vago pela retirada norte-americana. Estava também a pôr de pé uma força de intervenção rápida para dar consistência à sua política externa. Tudo isto foi posto em causa com os atentados de 11 de Setembro.

<sup>50</sup> Teresa de Sousa, “Agarrar a oportunidade”, Publico, 19 de Outubro de 2001, pag. 6.

histórica na política externa alemã desde o fim da II Grande Guerra, uma das principais consequências desta crise no futuro da Europa. Desta forma o líder alemão agarra com firmeza a oportunidade criada para redefinir a sua posição, a posição de uma Alemanha reunificada e soberana, que nos últimos 10 anos tem vindo a afirmar-se no quadro europeu e internacional.<sup>51</sup> A forma impoluta como reagiu o executivo federal torna possível a Schröder anunciar formalmente a transição. O Chanceler alemão arrisca a coligação, mas tem a seu favor a maioria da opinião pública alemã.

Para os alemães, a redefinição do seu posicionamento só faz sentido se a própria União Europeia também repensar o seu futuro. Nas vésperas da Cimeira de Gand<sup>52</sup>, Gerhard Schröder frisava que os Quinze terão de instituir uma nova dimensão na sua política externa no quadro do combate ao terrorismo internacional; “A voz da Europa tem de ser audível e as acções da Europa visíveis”<sup>53</sup>.

Resumindo, a União Europeia não tem capacidade militar para fazer face aos desafios da campanha no Afeganistão e apenas parece poder coordenar polícias e sistemas judiciais. A partilha de informação continua a ser uma prerrogativa nacional. No entanto, os atentados de 11 de Setembro accionaram um projecto de cooperação contra o terrorismo, as redes de tráfico ilegal e o crime organizado, e lançaram a ideia da criação de um mandato de captura internacional.

---

<sup>51</sup> Na última década a Alemanha tem vindo a corrigir o seu estatuto internacional. Começou por fazê-lo nos Balcãs. O que há de novo é que a mudança é assumida sem inibições e sem ambiguidades. A eleição de Schröder em 1998 levou ao poder uma nova geração de políticos que não viveu a guerra e que por isso, vive mais descomplexada em relação ao passado e assume os verdadeiros interesses da nova Alemanha. O seu governo de coligação colocou na linha da frente Joschka Fischer, o ministro verde dos Negócios Estrangeiros que tem sabido operar suavemente esta transição, sempre preservando a tradição europeísta da Alemanha -afinal foi graças aos Tratados de Roma e Paris que a reconstrução alemã foi possível.

<sup>52</sup> Esta Cimeira, prevista há muito pela presidência belga da União, tinha como temas em agenda a preparação dos trabalhos da futura reforma dos Tratados Europeus e a avaliação dos preparativos para a introdução do Euro. Inevitavelmente, a agenda da Cimeira foi substancialmente alterada passando a ser dominada pelos esforços desenvolvidos pelos europeus para a resolução da crise internacional, desde a ajuda humanitária aos refugiados do Afeganistão, até ao envolvimento das Nações Unidas na constituição do futuro governo pós-Taliban, passando pela aproximação aos países árabes moderados e pelo apelo ao diálogo entre israelitas e palestinianos.

<sup>53</sup> Helena Ferro de Gouveia, “Schröder quer Europa com novo perfil na política externa”, Publico, 19 de Outubro de 2001, pag. 7.

## OS EUA E OS NOVOS ALIADOS

“...Essa guerra, como todas as guerras, tende a alterar os alinhamentos entre os Estados e, como inclui a principal potência internacional, essas mudanças podem reproduzir-se em todos os níveis do sistema de relações internacionais, desde o Afeganistão ao concerto das grandes potências, com passagem obrigatória pelo interior da Ásia.”<sup>54</sup>

Os Estados Unidos reagiram bem aos atentados, baseados numa legitimidade jurídica incontestável pois o Conselho de Segurança das Nações Unidas deu permissão para se avançar com a retaliação, numa novíssima e vasta aliança internacional contra o terrorismo, com novos aliados que outrora tinham sido adversários da Guerra Fria. Colin Powell afirmou que estes ataques marcam o fim dos pós Guerra-fria. Ficou claro para todos que o novo quadro de aliança criado para a luta contra o terrorismo é sob todos os aspectos diferente daquele que marcou o período dos pós Guerra-fria. A Rússia, que com Vladimir Putine volta a encontrar posicionamento na cena internacional; o Paquistão, que para não ser colocado na lista dos países que não estão com os Estados Unidos, sacrificou a opinião pública interna e prestou o auxílio necessário aos aliados, passando a integrar a coligação<sup>55</sup>.

“...para a Grã-Bretanha, que passou a considerar prioritário resolver o problema dos Estados falhados”<sup>56</sup>, a reconstrução desses estados falhados era um objectivo a cumprir com o total empenho de todos os membros do Conselho de Segurança das Nações Unidas, e com o auxílio dos estados regionais como o Irão, a Índia, o Paquistão, e as ex-repúblicas soviéticas da Ásia Central.

Os Estados Unidos detectaram que Osama Bin Laden se encontrava no Afeganistão, santuário do seu movimento e sob protecção do Governo dos Taliban, e após esforçadas tentativas para persuadir as autoridades de Cabul, os norte-americanos lançaram uma ofensiva contra o Afeganistão, de modo a dar caça à rede de Bin Laden, retirar os Taliban do poder, e reerguer o estado afegão.

A coligação pretendida por George W. Bush era muito difícil de obter. As primeiras reservas vieram dos aliados europeus e da Rússia, um apoio considerado decisivo pela Casa Branca. A solidariedade de estados árabes ou com maioria de população muçulmana também constituiu um dos principais objectivos a garantir para efectivar a acção militar em preparação. Muitos desses estados demonstraram relutância em fornecer apoio incondicional, atendendo aos fortes sentimentos anti-ocidentais entre as suas populações devido ao posicionamento norte-americano no conflito Israelo-Palestiniano. O apoio também é necessário para evitar que o combate ao terrorismo não resulte num choque de civilizações<sup>57</sup>. Os líderes políticos e religiosos do mundo árabe<sup>58</sup> condenaram os ataques, exortaram a Liga Árabe e a Conferência Muçulmana a manifestarem o seu repúdio pelos atentados. Podiam ter ido mais longe na sua retórica, mas os países aliados dos americanos não podem permitir que o resto dos seus parceiros Árabes os caracterizem directamente com os EUA, pois no Médio Oriente, os países amigos dos EUA, como, por exemplo, o Egipto e a Jordânia, não podem dar-se ao luxo de seguir uma política isenta de opinião em relação a Washington.

“The military effort against al-Qaeda requires access to foreign territory and permission to use foreign airspace...”<sup>59</sup>

A operação “Liberdade Duradoura” foi avante. Os Estados Unidos têm uma superioridade militar capaz de “derreter” o Afeganistão. Existem centenas de aviões americanos na região, estacionados em bases na Turquia, na Arábia Saudita e em dois porta-aviões estacionados na região. Washington

---

<sup>54</sup> <sup>22</sup> Carlos Gaspar, “Teoria das Alianças”, Política Internacional, vol.3, nº 24, Outono-Inverno 2001, pag. 42.

<sup>55</sup> O Paquistão conseguiu uma forma de dar a sua opinião quanto ao futuro político do Afeganistão. Para o Paquistão, o assunto Afeganistão é muito delicado, pois mexe com tribos, e Musharraf não quer problemas com vizinhos hostis.

<sup>56</sup> Carlos Gaspar, “Teorias das Alianças”, ob. cit., pag. 45

<sup>57</sup> Título da célebre obra de Samuel Huntington, onde ele defende a tese do conflito inevitável entre as civilizações do mundo.

<sup>58</sup> Exceptua-se o Iraque.

<sup>59</sup> Stephen M. Walt, ob. cit., pag. 63

deseja conduzir toda a operação de um novo centro de comando aéreo em Riade, na Arábia Saudita. Bombardeiros e aviões de reabastecimento são colocados no Bahrain e em Oman. B-52 e B-2 são colocados na base naval de Diego Garcia (no Oceano Índico) que também servirá de posto de reabastecimento para aeronaves que se deslocam vindos da Tailândia. Helicópteros das Operações Especiais da Força Aérea norte-americana são estacionados no Uzbequistão e no Paquistão, junto às fronteiras com o Afeganistão. Só por aqui podemos verificar o intenso diálogo diplomático com as autoridades destes países que foi necessário para montar uma campanha desta envergadura.

“Broad international support also legitimates the use of force against al-Qaeda and the Taliban and reduces the tendency for others to see the United States as a trigger-happy imperial power.”<sup>60</sup>

Vamos recorrer a alguns dados publicados pela imprensa mundial relativos ao esforço diplomático que a administração norte-americana levou a cabo para conseguir uma coligação global contra o terrorismo.

Francis Fukuyama apontava a necessidade de criar uma coligação coesa, reconhecendo a realidade gerada pelos ataques de dia 11. Afirmava então, num artigo para o Financial Times: “The U.S. for all its power, cannot do this alone. If the objective turns out to be Osama Bin Laden in Afghanistan then the U.S. will need the help of, at minimum, Russia, Pakistan, and perhaps China to provide a base of operations. It will need the political co-operation of moderate Arab states for intelligence sharing, and military help from its European allies. It will, in short, need to create a coalition, and cut deals to make the coalition work.”<sup>61</sup>

Fukuyama não estava longe do que se iria verificar depois. Dias mais tarde, a coligação começava a ganhar contornos: “Washington saw a riot of diplomacy, as the leaders of Indonesia and France and Britain shuttled in and out of briefings with Administration heavies; Secretary of State Colin Powell reached 83 of his counterparts by phone. Governments tallied up the costs and benefits of joining the American war on terror- and for most the ledger tilted in the U.S.’s favor. By week’s end more than 100 countries had pledged some kind of military, financial, political or intelligence support to the U.S. for a campaign against Osama Bin Laden. ...Early signs suggest a broader and more cohesive coalition than expected. «Concern is dying down, because the vibe from Washington is that we will talk tough and move quickly, but not just rain Armageddon down on Afghanistan» says a senior U.S. diplomat in Europe.”<sup>62</sup> Assim que os contornos da aliança global se começaram a delinear, começou a negociação entre as autoridades americanas e cada um dos aliados da nova coligação. Os Estados Unidos asseguraram o apoio Paquistanes e em contrapartida levantaram as sanções impostas a Islamabad por causa do seu projecto nuclear<sup>63</sup>. A necessidade de incluir o Paquistão na coligação levou Colin Powell a declarar que Caxemira é um “problema central” entre a Índia e o Paquistão<sup>64</sup>. O Japão afirmou que iria contribuir com 500 biliões de dólares para reestruturar a dívida paquistanesa. Outros estados como a Líbia, o Iémen, e o Sudão, ofereceram os seus préstimos, esperando obter desta maneira o fim do seu isolamento internacional. O Irão afirmou que desejava participar na luta mas se Washington deseja a cooperação iraniana, Teerão espera que os norte-americanos risquem o Irão da lista dos “maus”, e que levantem as sanções há muito impostas à República Islâmica. Em relação aos estados árabes moderados, a reacção destes não foi pronta como se esperava. O Egipto, pela voz do seu presidente Hosni Mubarak afirmou que era cedo para se falar em coligação, e Jordânia e Arábia Saudita estavam receosas de oferecer o seu apoio declarado aos EUA, por força da ameaça de rebelião popular interna contra os seus governos. A questão principal era (como sempre) o conflito entre Israel e Palestina, que, para além de ser o principal factor de instabilidade na região, continua longe de uma resolução pacífica. As autoridades do Cairo, Amã e Riade estavam com esperança que George W. Bush entendesse que era

<sup>60</sup> Stephen M. Walt, ob. cit., pag. 63

<sup>61</sup> Retirado da edição do Financial Times de 15/16 de Setembro de 2001, Francis Fukuyama, “The united state”.

<sup>62</sup> Retirado da revista Time, edição de 1 de Outubro de 2001, Romesh Ratnesar, “All for one for now”, pag. 40-44.

<sup>63</sup> Francisca Gorjão Henriques, “EUA levantam sanções à Índia e Paquistão”, Publico, 24 de Setembro de 2001, pag. 3.

<sup>64</sup> Esta declaração gerou a ira de Nova Deli pois com esta afirmação os indianos concluíram que os EUA estavam a dar legitimidade às acções paquistanesas desde o início do conflito em 1947, data da integração de Caxemira na União Indiana. Toda esta problemática levou Vasco Rato a considerar que a realpolitik estava de volta e em força. Ver “O regresso da «realpolitik»”, O Independente, 19 de Outubro de 2001, pag. 45.

necessário alguma garantia de resolução (ou pelo menos uma tentativa de negociar um cessar fogo na região) do conflito que se arrasta há décadas.

O facto mais inovador de todo este novo concerto diplomático é a presença da Federação Russa ao lado do seu antigo rival da Guerra-fria. Em visita aos Estados Unidos na semana seguinte aos atentados, o Chanceler Russo Igor Ivanov prometia pleno apoio aos norte-americanos, mas o Ministro da Defesa Sergei Ivanov disse que não via nenhuma forma de contribuição militar russa. Até esse momento, o presidente russo Vladimir Putine ainda não tinha decidido qual a melhor forma de, protegendo os interesses russos, se juntar à coligação. Sergei Rogov, director do Instituto EUA-Canadá em Moscovo comentava que a resposta de Putine ao apelo do seu homólogo americano por um apoio internacional contra o terrorismo era a decisão mais importante a ser tomada pelo líder russo desde a sua subida ao poder, logo ela deveria ser ponderada<sup>65</sup>.

Ilan Berman, vice-presidente do American Foreign Policy Council em Washington, qualificava a posição russa sobre esta matéria como “a Russian marriage of convenience”<sup>66</sup>. A Rússia havia tentado desde o início do mandato de Bush renovar o Tratado Anti-Mísseis Balísticos de 1972 (Tratado ABM) e até ao dia dos atentados não havia conseguido nada do executivo americano que indicasse a renovação do tratado<sup>67</sup>.

Em relação ao Médio Oriente, a Rússia mantinha uma posição reservada. O presidente russo aparentava uma posição do género “vamos ver no que dá” o conflito Israelo-Palestiniano. Vladimir Putine apenas fazia meras declarações de princípio, em apoio a uma rápida resolução pacífica do conflito. Nada de concreto transpirava do Kremlin, o que fazia com que Washington tentasse adivinhar o que Putine iria fazer. Os sinais eram estranhos. Em relação ao Iraque, parecia que as relações entre Putine e o regime de Bagdad haviam sofrido alterações. O presidente russo certamente começava a ceder às pressões dos empresários russos na região, cujos interesses energéticos começavam a ficar comprometidos com a intransigência de Saddam Hussein em impedir um maior relacionamento na indústria do petróleo e do gás. Desta forma os investidores e empresários russos começavam a inclinar-se para uma solução pós Saddam. Mas o caso muda radicalmente de figura quando se fala no vizinho do Iraque, o Irão, e nas relações entre estes e Moscovo. Rússia e Irão têm vindo a assinar extensos acordos de defesa (avaliados em biliões de dólares), que são um indicativo da profundidade de relacionamento que existe entre o Irão e a Federação Russa. O Irão é o terceiro maior importador de armamento russo (o primeiro é a China, seguida da Índia), com um volume de negócios na ordem dos 500 milhões de dólares/ano. As relações entre o Irão e a Rússia têm vindo a ser cada vez mais profundas. Em Abril de 2001, Rússia e Irão assinaram um importante acordo de cooperação<sup>68</sup>, que nas palavras do Ministro dos Negócios Estrangeiros Igor Ivanov, atribui uma sólida base legal para um desenvolvimento a longo prazo das relações Rússia-Irão<sup>69</sup>.

Daqui podemos depreender duas conclusões: a primeira delas é a de que os EUA podem negociar com a Rússia um possível ataque ao Iraque; a segunda é a de que vai ser difícil convencer os russos a retraírem-se nas suas relações com o Irão. No presente estado de coisas, um roll-back na política

---

<sup>65</sup> Lembremo-nos que Putine é ex-agente do KGB, e que por força da sua formação, preferirá ter em seu poder o máximo de informação para responder adequadamente às necessidades do seu país, e só depois às da comunidade internacional.

<sup>66</sup> Ilan Berman, “Russian marriage of convenience”, The Washington Times, 24 de Maio de 2002, edição on-line, <http://asp.washtimes.com>.

<sup>67</sup> Estava em causa manter a vigência do tratado mais importante nas relações Rússia-EUA desde a Guerra-fria.

<sup>68</sup> Treaty on the Foundations of Mutual Relations and Principles of Cooperation, redigido por Putine e Khatami aquando da visita deste em Março de 2001 à capital russa. Ver Ilan Berman, ob. cit.

<sup>69</sup> Compreende-se a posição russa nesta matéria. A indústria russa de armamento necessita de vender, e se o Irão deseja comprar, Putine vende. Outra nuance prende-se com a necessidade da Rússia encontrar um parceiro para continuar a manter o monopólio energético da Ásia Central, especialmente depois dos norte-americanos terem intensificado a sua presença na região.

rusa sobre o Irão é vital para os interesses norte-americanos<sup>70</sup>. O crescente poderio iraniano deixou os seus vizinhos receosos, e algumas atitudes de Teerão já deixaram a Europa com calafrios<sup>71</sup>.

Para Vladimir Putine, o sonho de transformar a Rússia numa superpotência energética na Euro-Ásia parece estar em risco com a guerra ao terrorismo. Desde a subida de Vladimir Putine ao poder que a Federação Russa recuperou e implementou a Doutrina do Euroasianismo, que renovada parece ser a chave da recuperação da economia russa. Esta política euro-asiática atrai adeptos em quase todo o espectro político russo, desde Gennady Zhuganov, líder do Partido Comunista russo, até ao Estado-Maior de Putine. Tudo isto sofreu alterações com os atentados de 11 de Setembro. Desde então que Putine leva a cabo uma política de diálogo a Ocidente, com gestos simbólicos como prova da sua boa fé<sup>72</sup>. Anunciou o encerramento de duas bases do período da Guerra-fria, a Base de Lourdes em Cuba e a Cam Ranh Bay no Vietname. Com tudo isto, Moscovo consegue valioso apoio dos europeus e dos americanos, onde vê uma melhoria nas relações com a Grã-Bretanha e liberdade de movimentos na Tchetchénia. O seu envolvimento na campanha do Afeganistão representa a vontade expressa de marcar posição na Ásia Central<sup>73</sup>. O grande problema é que em Moscovo muita gente duvida que as intenções de Putine cheguem a bom porto.

Os objectivos do presidente russo são ambiciosos e vagos; deseja rever a posição da Rússia no mundo mas a forma como pretende alcançar um novo posicionamento é que tem sido alvo de controvérsia, especialmente por parte do todo poderoso Exército Russo. O receio de que Putine possa ter cedido em demasia fez com que Sergei Karaganov, do Conselho de Política Externa e de Defesa russo, relembresse os erros de Gorbatchev, que o levaram ao declínio e ao fim da URSS. Anatoly Chubais, personalidade proeminente no mundo dos negócios e da política russa, afirma que Putine tem 50% de hipóteses em ser bem sucedido, uma vez que grande parte das decisões dependem da qualidade do retorno que Putine recebe da NATO e dos EUA. A campanha militar norte-americana mudou as coordenadas estratégicas na Ásia Central, e só mais tarde verificaremos as consequências do aumento da presença norte-americana numa região tradicionalmente hostil à civilização ocidental.

---

<sup>70</sup> O Irão, com o apoio russo, começou um programa de desenvolvimento e produção de armamento convencional, com capacidade de colocar o Irão como A potência do Golfo. Neste momento, e nas palavras de Thomas Wilson director da Defense Intelligence Agency quando se dirigia a um comité do Senado sobre armamento, “Iran now has the naval power to temporarily cut off the flow of oil from the Persian Gulf.” O perigo de uma nova “Crise do Suez” é demasiado custoso para a economia mundial, já para não falar na americana. Ver Ilan Berman, ob. cit.

<sup>71</sup> O Irão tencionava apoiar um embargo petrolífero proposto pelo Iraque, como resposta às incursões Israelitas na Cisjordânia. “Embargo Petrolífero” são palavras pouco agradáveis aos líderes europeus.

<sup>72</sup> Ver Ilan Berman, “Putin’s problem”, National Review Online, 8 de Janeiro de 2002, <http://www.nationalreview.com/coment>.

<sup>73</sup> A respeito da Ásia Central importa ler o artigo “O «puzzle» da Ásia Central”, redigido por Carlos Gaspar no semanário O Independente de 19 de Outubro de 2001, onde podemos ter uma percepção dos frágeis equilíbrios na região e da forma como a campanha norte-americana pode influir nos destinos da região.

## OS EUA E A NATO

Após a histórica invocação do artigo 5º do Tratado do Atlântico Norte, a NATO parece ter sido posta de parte da acção. Nos primeiros dois meses, a Aliança Atlântica providenciou apoio político ao invés de prestar um auxílio no domínio militar. Tem sido assim por vontade norte-americana. As autoridades de Washington desejavam que, inerente à invocação do artigo 5º, lhes fosse concedida autorização para usar espaço aéreo estrangeiro e permissão no uso de portos, mas não estavam muito inclinados a que operação “Liberdade Duradoura” passasse para alçada da NATO. Os americanos foram claros na sua intenção de manter uma política de mãos livres na investida contra os Taliban e na perseguição a Osama Bin Laden. A NATO enviou cinco aviões AWACS<sup>74</sup> com tripulações europeias para efectuarem missões de patrulha do espaço aéreo norte-americano, permitiu que os norte-americanos retirassem os seus contingentes do Kosovo para que estes se pudessem juntar aos seus compatriotas no Afeganistão.

A forma como os europeus iriam participar na guerra foi discutida bilateralmente, sob uma espécie de “alianças flutuantes”, e não através da Aliança.<sup>75</sup> Richard N. Haass afirmava em 1999 que “...international cooperation will more likely take the form of shifting coalitions than global agreement.” Haass ajudou George Bush (pai) a pôr de pé a coligação para a Guerra do Golfo e afirmava que “Coalitions - as broad as possible - of the able and willing, normally with the United States in the lead... are consistent with a world where willingness of governments to cooperate varies from crisis to crisis and from situation to situation, and where great-power consensus is unreliable.”

George W. Bush aprendera com a guerra do seu pai, mas se na Guerra do Golfo, a coligação foi relativamente simples de montar<sup>76</sup>, esta parecia um pouco diferente daquela que o seu pai montou. Sob todos os aspectos, os ataques de 11 de Setembro abriram um novo capítulo na história da política externa norte-americana. Tropas americanas estavam envolvidas num novo tipo de guerra, contra um tipo de inimigo totalmente novo na história bélica americana. Depois de 50 anos a garantir a segurança dos seus aliados da NATO na Europa, o séc. XXI começou com os Estados Unidos a serem os primeiros a sofrer um ataque em solo americano e a beneficiar do mecanismo de defesa mútua. Mas depois da coligação global, da operação “Liberdade Duradoura” e de uma Autoridade Administrativa provisória ter sido instalada em Cabul, a introdução das palavras “Cruzada”<sup>77</sup> e da expressão “Eixo do Mal”, a retórica vinda de Berlim, Paris e Pequim começava a ter sinistras semelhanças com o período imediatamente antes dos atentados (quando a política externa americana era um mar de unilateralismo). À medida que a guerra contra o terrorismo se prolonga, voltam à superfície velhos antagonismos e diferenças de ordem ideológica e cultural entre os EUA e os seus aliados. Os europeus em particular há muito que criticam o excesso de poder americano e a sua natural inclinação para recorrer ao uso da força e de sanções punitivas em vez de optarem pela via diplomática e mecanismos de incentivo. Este antagonismo recorrente está relacionado com o desrespeito pela Convenção de Genebra no tratamento dos prisioneiros de guerra Taliban e membros da Al-Qaeda detidos na Base de Guantanamo (foi aberta uma excepção aos prisioneiros Taliban, que passaram a receber melhor tratamento), que trouxe memórias recentes da retirada dos EUA do Protocolo de Quioto sobre o aquecimento global, de tal forma que, em Fevereiro de 2002, quando Bush foi à China encontrar-se com o seu homólogo Jiang Zemin, os chineses publicaram uma declaração reafirmando as suas divergências com os norte-americanos no respeitante à defesa anti-míssil.

---

<sup>74</sup> Aviões equipados com sofisticada tecnologia de vigilância e controlo do espaço aéreo.

<sup>75</sup> Richard N. Haass, “What to do with American Primacy”, Foreign Affairs, Setembro/Outubro 1999.

<sup>76</sup> Afinal, Saddam Hussein havia quebrado as regras do sistema internacional quando anexou o estado soberano do Kuwait.

<sup>77</sup> Expressão quase proibida quando se fala relativamente a acções contra países islâmicos.

Todo o discurso acerca do “Eixo do Mal”<sup>78</sup> deixou a maior parte dos aliados norte-americanos em polvorosa. Os Países visados são o Iraque, o Irão e a Coreia do Norte. Como já quase todo o analista verificou, estes países não são o que normalmente chamamos de países civilizados. O Iraque é um país liderado por um ditador, protagonista de dois dos mais importantes conflitos armados da região, a guerra Irão-Iraque e a Guerra do Golfo. Saddam Hussein mandou dizimar aldeias inteiras de pessoas com químicos letais, cujo único crime era serem Curdas, mandou esterilizar milhares de mulheres curdas, eliminou a oposição interna... é um homem com uma visão do Iraque, a sua, que persiste na ideia de adquirir poder nuclear, às claras ou encoberto nas areias do deserto. Até aqui, o que descrevemos é o suficiente para rotular o líder iraquiano de “Ditador Sanguinário”. O único problema é que é difícil incriminar Saddam Hussein de ligações com a Al-Qaeda, ou de qualquer envolvimento nos acontecimentos de 11 de Setembro. Mas desde o início da retaliação americana que George W. Bush tem em mente atacar o Iraque. Parece que de alguma forma que ele quer levar a cabo aquilo que ficou por fazer na Guerra do Golfo: mudança de regime no Iraque. Também desde o início que os seus aliados o advertem em relação a uma possível intervenção no Iraque. É certo que Saddam Hussein não tem sido muito cooperante com os observadores da ONU para o desmantelamento do seu arsenal, mas dificilmente isso será razão para iniciar uma campanha que pode levar a instabilidade na região a um ponto crítico. Quando em Outubro de 2001, a Turquia, principal aliado NATO na região receava que a guerra no Afeganistão pudesse alastrar até Bagdad, Jack Straw, chefe da diplomacia britânica afirmava “Não vemos provas de qualquer relação entre o governo do Iraque e as actividades terroristas sediadas no Afeganistão.” Parecia claro para Straw que o alastrar da guerra a outros países, principalmente a países árabes – mesmo os proscritos – poderia comprometer seriamente a coligação. Simplesmente porque a coligação era para funcionar apenas contra o Afeganistão, e porque este albergava Bin Laden e não o entregava às autoridades americano. O assunto muda totalmente de figura quando se passa a considerar atacar o Iraque, o Irão e a Coreia do Norte. Todos os estados vizinhos do Iraque recusam a ideia, até Israel não está muito à vontade com a ideia de voltar a sofrer as angústias da Guerra do Golfo. A Turquia, país vizinho do Iraque, perde anualmente centenas de milhar de dólares por causa dos embargos ao petróleo iraquiano. Outrora, a Turquia beneficiava do comércio de petróleo com o Iraque.<sup>79</sup> Durante uma década, os turcos perderam milhares de dólares que são indispensáveis para as reformas a implementar para conseguirem atingir os critérios de adesão à União Europeia. Um novo conflito com o Iraque irá trazer instabilidade junto das suas fronteiras. O regime de Ancara teme também que um eventual ataque ao Iraque possibilite a emergência de um estado curdo independente no Norte do país.<sup>80</sup> Em termos económicos, a Turquia está totalmente dependente dos empréstimos do FMI e portanto carece de estrutura económica que suporte um conflito nas suas fronteiras. Aqui parece que os EUA têm algum espaço de manobra, pois se a administração norte-americana garantir os empréstimos, garantir a segurança da Turquia contra uma eventual retaliação iraquiana, e que sobretudo tenha em conta os interesses turcos na eventualidade de Saddam Hussein ser retirado do poder (e estamos a falar da minoria curda e no petróleo), talvez a Turquia mude de posição. E, se a Turquia estiver do lado dos americanos, talvez isso lhe valha uma boa posição quanto à entrada na União Europeia.

Outro dos países que receia uma investida norte-americana no Iraque é a Arábia Saudita. Numa carta que o líder saudita, o príncipe Abdullah bin Abdul Aziz al Saud escreveu a George Bush antes dos ataques de 11 de Setembro; a preocupação relativamente ao conflito Israelo-Palestiniano fazia-o

---

<sup>78</sup> A expressão “Eixo do Mal” faz lembrar uma outra, a do “Império do Mal”, que Ronald Reagan utilizou para caracterizar o bloco soviético, mobilizando assim a opinião pública contra - na altura - a URSS. O princípio é o mesmo, o efeito é que já é um pouco diferente do daqueles tempos (da Guerra Fria). A ideia parece ter vindo dos think tanks do Pentágono, aplicando os “modelos de gestão de crises” dos manuais norte-americanos

<sup>79</sup> Antes da Guerra do Golfo, o Iraque era o 3º maior produtor de petróleo do mundo.

<sup>80</sup> Cerca de 30 mil pessoas perderam a vida durante a insurreição separatista levada a cabo pelo PKK, o Partido dos Trabalhadores do Curdistão. Este conflito que dura há 17 anos, diminuiu de intensidade após a captura em 1999 de Abdullah Öcalan, mas cuja solução ainda não está à vista. Pedro Caldeira Rodrigues, “Turquia admite o envio de «força militar de paz» para o Afeganistão”, Publico, 19 de Outubro 2001, pag. 7.

declarar que “it is time for the United States and Saudi Arabia to look at their separate interests”.<sup>81</sup> Tal afirmação deve ter feito estremecer a Casa Branca.<sup>82</sup> O que certo é que a Arábia Saudita tem vindo a sofrer graves consequências pelo seu envolvimento com os norte-americanos e Abdullah al Saud teme pela sua permanência no trono. De qualquer forma, se os americanos mostrarem um pouco de imparcialidade no conflito Israelo-Palestiniano, pode ser que os sauditas aceitem uma intervenção no Iraque.

Se os mais sólidos aliados norte-americanos na região estão a vacilar, os restantes estados árabes também não encaram positivamente uma intervenção no Iraque. A Jordânia, cuja população palestina é significativa, não está muito à vontade com a ideia, pelo menos enquanto o conflito Israelo-Palestiniano não acalmar. O Irão opõem-se claramente, pois faz parte do “Eixo do Mal”. Na Europa as críticas também se fizeram sentir. Os alemães defendem que é “apropriado e razoável manter a coligação”, propondo que a solução mais correcta passe pelo envio de observadores mandatados pelas Nações Unidas para evitar que Saddam Hussein continue a constituir arsenais de armas de destruição maciça. Joschka Fischer, responsável pela pasta dos Negócios Estrangeiros, avisa a Casa Branca de que os seus aliados não são “satélites” e que “a maior potência mundial não pode conduzir sozinha o mundo...”<sup>83</sup> Também os franceses tinham uma palavra a dizer. O primeiro-ministro Lionel Jospin qualificou o actual estado de coisas como “política externa de impulso”.<sup>84</sup> Todas estas hesitações são válidas quando se fala nos restantes países do “Eixo do Mal”.

Difícilmente a Rússia iria embarcar numa “aventura” americana no Irão, já para não falar nas ex-repúblicas soviéticas que bordejam as suas fronteiras. Quanto à Coreia do Norte, a Administração Bush tem feito alguns ziguezagues; ora afirmam que vão reatar as conversações com Pyongyang, ora escarnecem do esforço que a Coreia do Sul tem feito para dialogar com a Coreia do Norte, para voltarem a afirmar que vão retomar as conversações onde Clinton as deixou, para no fim de tudo incluir a Coreia do Norte no “Eixo do Mal”.<sup>85</sup> Contradições à parte, não creio que os chineses aceitem de bom grado alguma interferência na sua área de influência.

Criticados pela retracção – relembremos a política externa antes dos ataques –, criticados por excesso de protagonismo, o que é certo é que a superioridade norte-americana nunca foi tão evidente, situação que se traduz uma presença americana em perto de 140 países. Pouco antes dos ataques de 11 de Setembro, Washington considerava que os Estados Unidos tinham demasiadas tropas em locais onde os interesses norte-americanos não estavam em causa. Depois dos atentados, a presença militar norte-americana no globo foi reforçada. A América tem 750 instalações militares fora do seu território nacional e dos 1 milhão e 400 mil militares no activo, 250 mil estão estacionados fora dos Estados Unidos.<sup>86</sup> A operação “Liberdade Duradoura” permitiu pela primeira vez ao Pentágono estabelecer contactos ou instalar-se em territórios da extinta URSS. Existem tropas americanas no Uzbequistão, Tajiquistão; reforçaram-se laços com a Geórgia, Quirguízia, Azerbeijão e Arménia; forte presença no Paquistão e no Afeganistão; Singapura tornou-se numa importante base de operações no Sudeste Asiático. Toda este expansionismo é oficializado por relatórios e declarações do executivo em Washington. Um relatório do Pentágono identificou “interesses vitais para a segurança da América” em quase todas as regiões do planeta.<sup>87</sup> A Conselheira de Segurança Nacional, Condoleezza Rice Jones afirmava que “a campanha do Afeganistão ensinou-nos que é importante manter relações com países «obscuros» que podem vir a

---

<sup>81</sup> Time, edição de 12 de Novembro de 2001, pag. 34.

<sup>82</sup> Os EUA desde 1932, ano da criação do Reino da Arábia Saudita, que os Estados Unidos dependem do petróleo saudita. Necessitam do apoio saudita na luta contra o terrorismo, e a Arábia Saudita necessita do apoio americano para sua segurança. Os Estados Unidos têm cerca de 6000 homens estacionados no Reino de Al Saud, em parte por causa das restrições impostas ao Iraque (No Fly Zone). Uma explosão de anti-americanismo num país que detém cerca de ¼ das reservas de petróleo mundiais não é coisa que agrade ao executivo em Washington.

<sup>83</sup> Retirado de “Todos contra «aventuras» no Iraque”, Diário de Notícias de 19 de Fevereiro de 2002, pag. 17.

<sup>84</sup> Idem.

<sup>85</sup> Ver Victor D. Cha, “Korea’s place in the Axis”, Foreign Affairs, Maio/Junho de 2002.

<sup>86</sup> Fonte The Economist, “Present at the creation- a survey of America’s world role”, 29 de Junho de 2002, pag. 8.

<sup>87</sup> Pedro Caldeira Rodrigues, “EUA têm tropas ou conselheiros em 140 países”, Público, 5 de Fevereiro de 2002, pag. 12.

ser muito úteis.”<sup>88</sup> Tudo isto é um forte contributo para a segurança dos americanos. Uma tão forte presença na Ásia Central coloca a pressão do lado dos iranianos<sup>89</sup>, ao mesmo tempo que facilita o trabalho de manter a região estável, reforça os ganhos da ofensiva no Afeganistão (pois assim os militares norte-americanos conseguem obter valiosas informações acerca do Iraque e do resto do Médio Oriente)<sup>90</sup>, abre a porta ao investimento nas indústrias de petróleo e gás natural da Rússia contrabalançando o monopólio energético da OPEP (Organização dos Países Exportadores de Petróleo) liderado pela Arábia Saudita; ajuda a garantir o apoio russo no esforço americano em obrigar Saddam Hussein a aceitar a presença de observadores das Nações Unidas, e se for caso disso, apoiar uma ofensiva para retirar o ditador iraquiano do poder; aumenta as hipóteses de cooperação entre os EUA e a Rússia em matéria de armamento de destruição maciça<sup>91</sup>; ajuda a garantir que o relançamento do programa NMD não leva a uma corrida armamentista, pelo menos na Europa, e até a Rússia se poderá mostrar interessada nas propostas americanas de partilha de tecnologia anti-míssil.

Por muito que os Estados Unidos estejam a gerar turbulência com o “Eixo do Mal” não deixa de ser verdade que os norte-americanos estão apostados em assegurar relações pacíficas, num clima de diálogo construtivo com quem realmente interessa, a Rússia e a China. A Europa apenas tem de fazer o mesmo. Na cimeira da NATO em Roma, os chefes de Estado e de Governo dos 19 países que compõem a Aliança Atlântica e o presidente da Federação Russa assinaram um documento que visava a criação de um Conselho NATO-Rússia.<sup>92</sup> O reforço dos laços entre antigos opositores não impediu que os russos manifestassem a sua oposição aos planos de expansão da NATO. Alexander Yakovenko, porta-voz do ministro dos Negócios Estrangeiros russo, confirmava a oposição russa ao alargamento, afirmando: “...consideramos que é um erro... Na nossa perspectiva, o alargamento não implica um reforço adicional da segurança, quer para a NATO quer para os seus novos membros... Por que motivo é necessária uma defesa deste género se já não somos inimigos e terminou o período de confrontação?”<sup>93</sup> Ainda assim os russos devem estar satisfeitos com as declarações de George Robertson, secretário geral da NATO, reconhecendo à Rússia o direito de lutar contra o separatismo tchetcheno<sup>94</sup>.

---

<sup>88</sup> Idem.

<sup>89</sup> Ver Ilan Berman, “Actions speak louder than words”, Jerusalem Post, edição on-line de 8 de Agosto de 2002, <http://www.jpost.com/servlet/Satellite?pagename=Jpost/A/JPArticle>

<sup>90</sup> Os norte-americanos detectaram a presença da Al-Qaeda no Líbano. Ver Ilan Berman, “The New Front –An ominous alliance in Lebanon”, National Review Online, 12 de Julho de 2002, <http://www.nationalreview.com/script>

<sup>91</sup> O programa de cooperação Nunn-Lugar entre os EUA e a Rússia, custa aos norte-americanos mais de 1 bilião de dólares/ano em ajuda aos russos, por forma a que estes mantenham os níveis de segurança do seu armamento nuclear.

<sup>92</sup> Pedro Caldeira Rodrigues, “Rússia torna-se hoje «quase membro» da NATO”, Publico, 28 de Maio de 2002, pag. 2.

<sup>93</sup> Idem.

<sup>94</sup> Idem.

## **11 De Setembro: ruptura ou continuidade**

Uma das grandes questões delineada no pós-11 de Setembro de 2001 e que ainda aparenta estar sem resposta é se houve ou não uma grande ruptura e, portanto, amplas mudanças no modelo de conduzir as relações internacionais por parte dos Estados Unidos que tendem a projectar um mundo extremamente diferente do que vivemos até então.

Muitos autores consideram que sim. Argumentam que o perfil multilateralista de condução das relações internacionais pelos Estados Unidos durante os governos Clinton bem como o mundo que ele produziu sedimentado pela ideia da globalização sem fronteiras chegou ao fim.

E que no seu lugar desde a emergência no poder de G. W. Bush tem sido implementado um novo modelo de condução das relações internacionais caracterizado por um perfil unilateralista que tende a por fim a todo legado do governo Clinton, sobretudo, no tocante à visão e prática do mundo globalizante onde os Estados Unidos como líderes da comunidade internacional conduziria o sistema internacional rumo ao progresso infinito embalado pelo liberalismo e a democracia política sem ter em perspectiva nenhum outro poder rival no planeta.

Certamente, como todos os filmes de ficção as projecções do futuro contêm verdades e fantasias. Quantas vezes o World Trade Center não foi destruído nas telas! Entretanto em nenhuma das vezes o foi como na realidade.

No caso daqueles que argumentam que está a haver profundas mudanças no mundo suscitadas pelos atentados de 11 de Setembro a verdade transparece quando advogam a mudança no perfil da condução das relações internacionais que realmente hoje tende a ser mais unilateral do que antes. Mas isso já vinha a acontecer desde o período final do governo Clinton. Não foi decorrência dos atentados.

Já as fantasias emergem quando afirmam que o episódio de 11 de Setembro indica um marco histórico de rompimento com toda a política internacional dos Estados Unidos precedente. Houve mudanças táticas e estratégicas graças à peculiaridade do novo inimigo, mas não um fim brusco de era.

Isto porque, tanto a plataforma política de G. W. Bush durante as eleições nas quais se sagrou “vencedor” apesar das intensas contestações como a sua prática à frente do governo em seguida quanto grande parte da sua reacção aos atentados possuem as suas raízes no imediato Pós Guerra-fria.

Quando Bush Pai, assessorado por Dick Cheney, seu ex-Secretário de Defesa hoje vice-presidente, anunciou a sua nova ordem mundial. Pela qual o objectivo principal era construir um mundo depois do fim da União Soviética no qual os Estados Unidos deveria desempenhar o papel de “superpotência solitária” sem qualquer ameaça a sua plena hegemonia. Sendo necessário para isso que o país se preparasse para ser capaz de ao mesmo tempo enfrentar dois cenários de combates diferentes.

Isso de facto ocorreu, ou há no planeta algum país capaz de enfrentar o poder multidimensional dos Estados Unidos? Certamente que não.

Entretanto, as bases criadas pelo governo Clinton que permitiram aos Estados Unidos se tornarem uma “superpotência solitária” como pretendiam Bush Pai e Cheney no início dos anos 90 possibilitaram um alargamento de espaço para as actividades de novos actores nas relações internacionais, que já vinham a ascender mundialmente, a actuar na constituição de uma sociedade internacional transnacionalizada.

Este aumento relativo de importância provocou alterações no estabelecimento dessa nova ordem internacional, pois o poder decisório já não estaria centrado somente na figura do Estado devido ao facto de se ter proporcionado àqueles actores uma ampla capacidade para que pudessem influenciar nos assuntos de relações internacionais, a ponto de, muitas vezes, imporem a países de menor poder e às organizações internacionais (FMI, BIRD, G-8 etc.) seus anseios, vontades e necessidades. Porém, convém ressaltar, sem deslocar o Estado como actor preponderante *de jure e de facto* nas relações internacionais.

Quer dizer que as transformações na natureza e no funcionamento do sistema internacional contemporâneo resultante do processo de globalização patrocinado pelos governos Clinton colocaram amplos desafios a todos os actores nele inseridos, principalmente aos Estados nacionais, emergindo assim como provavelmente o grande momento de ruptura.

Já que proporcionou aos actores não-estatais, como ONGs, as corporações transnacionais, redes terroristas transnacionais, actores políticos e grupos de interesses nacionais, regionais, internacionais e transnacionais adquirirão crescente relevância nos assuntos internacionais, pela facilidade encontrada para as suas participações e intervenções no cenário mundial no fim do século XX e início do XXI.

Diante disso, o que está a acontecer hoje, aí sim, desencadeado pelo 11 de Setembro, é uma nova adequação implementada pela dupla Bush Filho/Cheney da velha doutrina da Nova Ordem Mundial da dupla Bush Pai/Cheney, a qual foi suscitada pelas transformações do contexto internacional impulsionadas pelos governos Clinton, como vimos acima.

O perfil unilateral da condução das relações internacionais pelos Estados Unidos sob o governo G. W. Bush pretende somente reafirmar a posição de “superpotência solitária” dos Estados Unidos acima de qualquer ameaça e não mais apenas daquelas advindas de países. Portanto, os ataques terroristas de 11 de Setembro de 2001 serviram para legitimar essa pretensão e não como provocadores dela.

Nesse aspecto, o papel desempenhado anteriormente pela União Soviética e com o seu fim, provisoriamente pelo Iraque na mesma lógica até 2000, passa a ser ocupado hoje pela categoria imprecisa de “estados produtores de armas de destruição em massa”, a qual, proporciona uma ampla margem de manobra por parte dos Estados Unidos para a definição dos novos adversários.

Esta ampla margem de manobra é que é o centro da mudança hoje. Isso porque através dela os Estados Unidos se auto-proclamam no direito unilateral e exclusivo de universalizar a sua legislação nacional contra qualquer ameaça real ou paranóia pessoal ou colectiva vinda do mundo ou das mentes dos seus governantes.

A partir da qual se proporcionaram o direito e pior o dever de “ataques preventivos” que eliminem governos em países que dão protecção a terroristas, como o Afeganistão ou produtores de armas químicas de destruição de massa, como consideraram o Iraque.

Porém, o mais dramático e, talvez a principal mudança que tem sido implementada no pós-11 de Setembro é o processo decisório para a escolha dos governos que futuramente poderão vir a proteger terroristas ou produzir armas de destruição em massa na comunidade internacional ficar dominado somente pelos Estados Unidos.

Enfim, o que parece estar em jogo agora é a definição do que serão os Estados Unidos no futuro a partir das transformações políticas e económicas ocorridas durante a década de 80 e 90. Ou seja, somente uma “superpotência solitária” que obedece a regras pré-estabelecidas mesmo que isso seja feito por ela mesma ou uma potência imperial parecida com o Império Romano, porém com uma capacidade realmente planetária?

## A "pax" americana e a Guerra do Iraque: a doutrina Wolfowitz

"Bush planeou 'mudança de regime'<sup>95</sup> no Iraque antes de tornar-se presidente". Trata-se de documento datado de **Setembro de 2000** com título "**Rebuilding America's Defences: Strategies, Forces And Resources For A New Century**". O documento elaborado pelo PNAC – Project for the New American Century (PNAC), e discutido por Dick Cheney (agora vice-presidente), Donald Rumsfeld (actual secretário da defesa), Paul Wolfowitz (vice de Rumsfeld), Jeb Bush (irmão mais novo de George W Bush) e Lewis Libby (actual chefe de staff de Cheney). Dentre uma vasta equipa, participaram na sua elaboração duas personalidades fundamentais na formulação e execução da actual política externa do Governo Bush: Paul Wolfowitz e Lewis Libby. No documento vemos o porquê de uma intervenção armada no Iraque: "Os Estados Unidos têm por décadas desejado jogar um papel mais permanente na segurança regional do Golfo. Enquanto o conflito não resolvido com o Iraque fornece a justificativa imediata, a necessidade de uma forte e substancial presença americana no Golfo transcende o assunto do regime de Saddam Hussein"<sup>96</sup>.

O "Rebuilding..." de Setembro de 2000 foi a base para "The National Security Strategy of the United States of America"<sup>97</sup>, mais conhecida como a Doutrina Bush. Porém o "Rebuilding..." teve como base o "Strategic Alert"<sup>98</sup> de 1992. Segundo Wolfowitz, com o colapso da União Soviética e a reunificação da Alemanha, os Estados Unidos "devem manter o mecanismo que permite dissuadir os concorrentes potenciais de querer aspirar a um papel regional ou global mais ampliado. (...) A missão política e militar da América para o pós guerra Fria consistirá em fazer com que nenhuma superpotência rival possa emergir na Europa Ocidental, na Ásia ou nos territórios da antiga União Soviética." A concepção geral daquilo a que se passou a chamar Doutrina Wolfowitz "é um composto militar-estratégico de uma trilogia política compreendendo a doutrina Thornburgh no domínio do direito internacional e a doutrina Webster no que concerne às operações de pesquisa. A primeira afirma que a lei americana se situa acima do direito internacional quando os interesses vitais, ou pretensos, dos Estados Unidos estejam em jogo, enquanto a segunda considera os aliados políticos e militares dos Estados Unidos como concorrentes económicos", e autoriza operações de investigação-espionagem contra o Japão, a Alemanha, a França e outros países industriais." Todos esses elementos, ou essa "coerência" ilustra a simbiose entre os interesses imediatamente económico empresariais (complexo petrolífero e energético norte-americano), a luta contra o terrorismo internacional e a questão "Saddam Hussein" são aspectos acessórios da política externa dos Estados Unidos. O game, ao lado da dinâmica geoeconómica global, é o quadro geral em que se situam os conflitos internacionais actuais envolvendo as grandes potências. A actual Guerra do Iraque é, sem dúvida, um episódio dessa trama. Mas se o eixo da lógica da política externa norte-americana fica evidente a cada passo, também a reacção europeia e russa, em especial, também passa a ser compreendida. A preparação frenética dos estrategas e governantes dos USA para uma ordem "unipolar" está a entrar num momento decisivo, assim como as reacções contrárias. O teatro iraquiano, se a guerra durar tanto, irá transformar-se no primeiro episódio dessa confrontação aberta.

## A "pax" americana no Golfo: Síria, Irão e as grandes escolhas dos EUA

"A Síria pode continuar o apoio directo a grupos terroristas e ao moribundo regime de Saddam Hussein, ou ela pode assumir um curso diferente e mais promissor. De outro modo, a Síria assumirá

---

<sup>95</sup> Sunday Herald, a 3/4/03

<sup>96</sup> idem;

<sup>97</sup> Whitehouse a 17/9/02

<sup>98</sup> Trata-se de um relatório secreto do Pentágono, supervisionado por Wolfowitz e tornado público pelo New York Times em março de 2002.

a responsabilidade por suas escolhas – e por suas consequências."<sup>99</sup>

No momento em que a partir de 9 de Abril a guerra no Iraque sofreu uma dramática inflexão, e as forças americanas controlam parte de Bagdade, embora o quadro da fase militar convencional ainda comporte incertezas, a estratégia e os motivos gerais da intervenção norte-americana na Região do Golfo ficaram insofismavelmente claros: será aquilo que apelidarei de game.

Bagdade foi evacuada pelas tropas regulares e pelo governo Iraquiano, sem que 80% dos recursos materiais e humanos destas forças tenham entrado em combate. Na Sérvia a rendição deu-se com a preservação dos recursos bélicos. No Afeganistão, em vez da rendição deu-se o colapso. Podemos estar diante de uma síntese de colapso afegão com a preservação do stock de recursos bélicos da Sérvia. Mas podemos também estar diante de uma outra alternativa: um recuo, na tentativa de transição para um outro tipo de guerra: a guerrilha de resistência. A probabilidade de um contra-ataque com forças de infantaria diminuiu drasticamente. Se esta transição de uma guerra tradicional para a de guerrilha for empreendida com êxito, a ocupação e reconstrução iraquiana será extremamente difícil para as forças da Coligação invasora. Este aspecto é de fundamental importância para as considerações que se seguem.

O quadro geral analítico e de previsões confirma-se neste episódio. Trata-se de uma guerra clássica por "ocupação de territórios" no âmbito de uma lógica eminentemente geopolítica entre os blocos dominantes do poder mundial. Vários são os desdobramentos nas dimensões económicas gerais e da própria geopolítica regional. Porém, é na GeoEconomia e na geopolítica global que o presente episódio encontra a sua explicação mais profunda e as bases para os prognósticos.

O aviso/ameaça do Secretário Powell é profundamente sintomático e tem dois sentidos imediatos:

- a) tentar prover um ambiente menos tumultuosos para a consolidação da presença americana no Iraque, nas subseqüentes fases de ocupação e reconstrução, procurando garantir a não interferência externa naquilo que certamente será uma fase extremamente difícil de estruturação e estabilização de uma arquitectura política interna mínima – que nem sequer ainda existe;
- b) lançar os primeiros balões de ensaio para uma eventual expansão da plataforma americana na Região.

A fase de consolidação é a que propiciará o suporte logístico mais consistente para a fase de expansão. Mas não é condição *sine qua non* para que se empreenda mais rapidamente a expansão da base norte-americana na região.

A opção Síria é militarmente e geopoliticamente transcendente. Do ponto de vista militar, a Síria pode ser atacada por dois lados (a partir do Mediterrâneo Oriental e do Iraque) ou por três (Mediterrâneo, Iraque e Israel). No curso desta opção, o projecto depende de que o Irão não ataque maciçamente a eventual frente iraquiana dos EUA contra a Síria pela retaguarda. A Turquia tenderia a ter uma postura eminentemente passiva, resguardando os seus interesses com relação ao ferrolho curdo. A Síria está virtualmente isolada do ponto de vista militar. Nesta opção, o esforço militar no Afeganistão seria o de contenção desde que ocorresse um "*ceteris paribus*" na sua dinâmica interna. A questão palestina e a geopolítica de Israel seria fortemente afectada.

A variante Irão, do ponto de vista militar é bem mais complicada. Exigiria dos EUA a abertura da frente afegã na fronteira oriental do Irão, o que impõe um duplo mega-esforço de estabilizar e consolidar simultaneamente dois teatros: Iraque e Afeganistão. No entanto, a Síria não tem petróleo, enquanto o Irão tem, tanto no Golfo como no Cáspio. Isto colocaria os EUA face a face com a Rússia.

A variante Síria, ao tudo indica, está a configurar-se como a primeira prioridade no momento, o que as declarações dos estrategas norte-americanos (Powell, Rumsfeld e Wolfowitz) reforçam. O timing para desencadear essa possível expansão é incerto, mas requer uma dramática escolha norte-americana: consolidar sua base iraquiana e correr o risco de dar tempo para um fortalecimento decisivo no dispositivo militar sírio, ou fazer o encadeamento imediato Iraque – Síria e correr o risco de uma deterioração decisiva na sua retaguarda no Iraque.

Conclusão: o Iraque, como já é o Afeganistão, pode tornar-se um atoleiro para os EUA. As forças

---

<sup>99</sup> Collin Powell em The National Alliance, a 5/4/2003.

regionais e globais certamente irão actuar junto às forças internas iraquianas para reter os EUA o maior tempo possível nessa fase de ocupação e consolidação. Do mesmo modo, e talvez sem a mesma eficácia, é provável um recrudescimento do conflito afegão – como alguns indícios já apontam. Tempo é crucial para todos os envolvidos.

Nesse sentido, dois tipos de uma desesperada corrida ao armamento global já estão deflagradas nesse exacto momento:

- a) a regional (Irão, Síria e Arábia Saudita) e
- b) a geoestratégica, envolvendo de um lado o eixo Paris-Berlim-Moscovo e, de outro, o Japão, a China e a Coreia do Sul.

Várias ocorrências que chamaríamos de randômicas podem interferir nesse timing, para todos os participantes do game, sem no entanto alterar as mega-tendências globais:

- a) factor Al-Qaeda (na falta de outro nome),
- b) factor Coreia do Norte<sup>100</sup>,
- c) a eclosão do teatro Índia-Paquistão<sup>101</sup>,
- d) desestabilização social e política na Arábia Saudita, Jordânia e Egipto,
- e) eclosão de algum teatro nos Balcãs.

A intervenção norte-americana e inglesa no Iraque foi um laboratório para os EUA e para todos os outros participantes no game. O balanço desse episódio ainda está a ser empreendido e um dos parâmetros da sua avaliação é a da possibilidade dos EUA operarem, com perspectiva de vitória, em vários teatros de guerra simultâneos.

Para os EUA o tradeoff tempo vs risco está exacerbado na configuração actual no Golfo e isso revelou-se no ataque a Bagdade e Bassorá.

O resultado, com a finalização muito provável da fase militar no Iraque, é o recrudescimento das instabilidades e incertezas geopolíticas globais – se bem que o seu efeito sobre a dinâmica e tendências gerais e de longo prazo dos mercados seja, neste momento, marginal.

---

<sup>100</sup> Representa uma ameaça nuclear e cria instabilidade, obrigou no ataque americano a passar a Coreia do Sul para um nível de Segurança para 2 algo que não acontecia à 7 anos.

<sup>101</sup> A questão de Caxemira.

## OS EUA E O MULTILATERALISMO

Desde 1940 que os Estados Unidos contribuíram para estabelecer a prática do multilateralismo, com o estabelecimento de regras colectivas de comportamento nas Finanças Internacionais e no Comércio Internacional. Prova disso mesmo é o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Banco Mundial (BM), o GATT e mais tarde a OMC (Organização Mundial de Comércio). Os críticos anti-globalização apontam o dedo a estas mesmas instituições, acusando o Governo norte-americano e as suas multinacionais de, através destas instituições, controlarem o mundo a seu bel-prazer. Gostando ou odiando, estas instituições são o maior legado que os EUA têm em matéria de multilateralismo, e têm contribuído para regularizar as Finanças Internacionais desde o fim da II Guerra Mundial. Depois dos ataques de 11 de Setembro, os Estados Unidos continuam apostados no multilateralismo. Têm desenvolvido esforços multilaterais contra as lavagens de dinheiro que alimentam organizações terroristas e o crime organizado em geral. Manifestaram também o seu apoio ao julgamento de Slobodan Milosevic no Tribunal de Haia. Mas tudo isto é manifestamente insuficiente, quando comparado ao esforço que as outras nações mundiais estão dispostas a fazer em prol do multilateralismo. Entre Bill Clinton e George W. Bush, os EUA rejeitaram o TPI,<sup>102</sup> o protocolo para a Convenção do Armamento Biológico, o Protocolo de Quioto sobre alterações climáticas,<sup>103</sup> e mais recentemente, o desrespeito pela Convenção de Genebra sobre prisioneiros de guerra.

Porquê este desafio ao multilateralismo? Bill Emmott, editor da revista *The Economist*, apresenta uma resposta muito próxima das ideias de Washington em relação a este assunto. Segundo ele existem duas formas de olhar para esta questão; uma prática e outra ideológica. Começemos pela forma prática: terrorismo e a ameaça das armas de destruição maciça. Durante todo o pós Guerra-fria, as administrações norte-americanas (Bush e Clinton) tentaram tratar do assunto como ele se tratasse de uma questão jurídica. Terroristas seriam capturados, interrogados e levados a tribunal. Foi assim com o julgamento Lockerbie, onde dois líbios foram condenados pelo atentado ao voo 103 da Pan Am em 1988, que vitimou 270 pessoas. No entanto para muitos, todo o processo que levou à condenação dos dois terroristas levou muito tempo e pouco justo nas suas conclusões. Ao olharmos para os atentados de 11 de Setembro compreendemos a impossibilidade de resolver o problema por via de um tribunal internacional. Mesmo assim, ainda antes dos atentados, a Administração Bush considerava que tratados e convenções contra a proliferação de armas nucleares, biológicas e químicas haviam falhado redondamente, exemplo disso era o Iraque. Ficava claro que para os tratados e as convenções surtirem o efeito desejado, deveria existir uma forma de coacção ou de sanção punitiva para os prevaricadores. No fim de contas, “Treaties... are not legal documents but political ones; they register commitments made by governments but threaten no sanctions if those commitments are broken or abrogated, apart from disapproval.”<sup>104</sup> É a confirmação da tese voluntarista do Direito Internacional, onde os estados apenas se encontram vinculados aos tratados internacionais na medida das suas vontades e interesses. Mas esta aproximação não invalida a importância cabal da existência do multilateralismo. O único problema para os críticos dos tratados internacionais na América é que podem existir propostas de tratados que restringem a acção dos EUA em coisas que eles próprios estão interessados em fazer. É o que se passa com o tratado que visa limitar os testes nucleares (o Comprehensive Test Ban Treaty), onde o Senado norte-americano recusa a ratificação.<sup>105</sup>

<sup>102</sup> Aceite e ratificado por 70 países.

<sup>103</sup> Obra do Senado, que recusou ratificar o Protocolo.

<sup>104</sup> Bill Emmott, “Present at creation – a survey of America’s world role”, *The Economist*, 29 de Junho de 2002, pag. 21.

<sup>105</sup> Para um país como os EUA, que confiam na vantagem da inovação tecnológica, o tratado impede-os de poderem actualizar o seu arsenal nuclear.

Tudo isto leva-nos à segunda forma de abordar a questão: a ideológica, onde os tratados - ou outro instrumento de semelhante alcance - são considerados formas de limitação à autonomia americana. Bill Emmott explica claramente que “efforts to implement such treaties as if they were laws, through international courts and the like, are unconstitutional, illegal and politically dangerous, for the only legitimate laws and judicial systems are those rooted in and held accountable by national constitutions and parliaments”<sup>106</sup> Estruturas transnacionais como o Tribunal Penal Internacional (TPI) têm juízes nomeados por estruturas políticas, o que pode comprometer a sua legitimidade e isenção. Muito embora a eleição da presente Administração tenha sido decidida pelo Supremo Tribunal dos EUA, um órgão cujos elementos são escolhidos por políticos, a justificação apresentada por Emmott é legítima e coerente; as leis, como tais, têm de estar fundadas em instituições democráticas que os seus cidadãos considerem legítimas.<sup>107</sup> Esta complicada relação dos Estados Unidos com instituições internacionais torna-se ainda mais saliente quando se fala na OMC. Até hoje, o Congresso dos EUA tem aceitado - embora com algumas reclamações de infringimento de soberania - as decisões deste órgão, mas continua a existir conflito entre as leis nacionais americanas e aquelas negociadas no seio da OMC. Exemplo disso é a secção 201 do Trade Act de 1974, que permitiu aos americanos levantarem tarifas às importações de aço - situação que levou a União Europeia a repudiar tal comportamento. Segundo o texto deste artigo, barreiras ao comércio podem temporariamente ser levantadas por ordem do presidente se ele considerar que um aumento das importações poderá prejudicar uma indústria americana.<sup>108</sup> As decisões tomadas em consonância com a Secção 201 são constantemente analisadas por Comissões de Inquérito da OMC.

A presença em simultâneo de um artigo desta natureza com a participação dos EUA na OMC parece um pouco contraditória, num momento em que a própria Administração Bush faz alarde do seu apoio à liberalização das trocas comerciais.<sup>109</sup>

Em relação ao TPI, toda a questão em torno da recusa americana em aceitar o tratado que o institui, prende-se com o factor “exposição”. Emmott explica novamente a situação afirmando que “The American armed forces are more active around the world than any other, and America feels the need to do more pragmatic, realpolitik deals with dodgy regimes than any other country. It is therefore understandably keen to avoid international conventions being used against its own soldiers, or to name it as an accomplice to someone else’s sins. Pakistan could offer a current example.” A questão parece ter sido resolvida, pois foi acordado um regime de excepção às tropas norte-americanas envolvidas no combate ao terrorismo, ou seja, todas.

Outra das questões quentes reporta-se ao Protocolo de Quioto. A recusa norte-americana em aceitar este acordo baseia-se em duas questões: a primeira tem a ver com o facto dos países subdesenvolvidos não serem abrangidos pelo Protocolo. Por muito que o aquecimento global tenha sido provocado pelos países ricos, os países subdesenvolvidos, se o querem deixar de ser, irão necessariamente “contribuir” para os índices de poluição no futuro, e em razão de tal facto, devem ser incluídos no texto do Protocolo. Não se trata aqui de injustiça, mas de uma simples posição preventiva. A segunda questão, essa mais relevante aos interesses americanos, prende-se com o facto de a maior fatia na redução de gases provocadores do efeito de estufa ter sido atribuída aos EUA, o mais poluidor dos países do mundo.<sup>110</sup> O Protocolo estabelece reduções ambiciosas sem sequer estabelecer métodos credíveis de os atingir. Para a toda-poderosa indústria norte-americana, as metas a atingir representam apenas uma coisa: prejuízo.

---

<sup>106</sup> Bill Emmott, ob. cit., pag. 21.

<sup>107</sup> Seria totalmente impensável a integração de um texto semelhante ao do art. 8º da Constituição da República Portuguesa, na Constituição Americana.

<sup>108</sup> Bill Emmott, ob. cit., pag. 22.

<sup>109</sup> Esta polémica das taxas de importação de aço vem acompanhada de outra, a da Lei Agrícola, segundo a qual o Governo norte-americano se prepara para subvencionar algumas produções agrícolas em risco.

<sup>110</sup> Na década passada, os EUA viram as emissões de gás carbónico (CO<sub>2</sub>), principal causa do sobreaquecimento global, subir 18%. Ver Ignacio Ramonet, “Salvar o planeta”, Le Monde diplomatique edição portuguesa, nº 41, Ano 4, Agosto de 2002.

No entanto, parece justo admitir que foi prematura a decisão de abandonar as negociações do Protocolo. Os EUA poderiam ter esboçado uma tentativa de tornar o Protocolo de Quioto um pouco mais exequível, com expectativas mais realistas. Mas o abandono das negociações e o facto de ainda não ter submetido o Protocolo ao Congresso – mesmo sabendo que este vai chumbar a proposta – faz dos Estados Unidos uma potência que pouca importância dá à diplomacia ambiental. Como todos partilhamos este planeta, uma posição desta natureza mancha a reputação americana.

## Visão do futuro para os EUA e os seus planos Estratégicos

Zbigniew Brzezinski<sup>111</sup>, tem uma visão muito interessante relativamente às linhas de orientação americana e que passam por 2 triângulos deveras importante e em que existe uma ligação entre ambos, ou seja o primeiro triângulo seria composto por:

- EUA
- UE
- Japão

O segundo triângulo seria composto por:

- EUA
- Rússia
- China

A aposta nestes dois triângulos permitirá aos EUA o domínio e conseqüente vigilância dos principais sectores mundiais, e onde o coração dessa estrutura residirá nos EUA e na Europa, muito embora a Política Externa de Segurança e Defesa venha a ter o efeito de estimular uma perspectiva estratégica europeia partilhada (que os EUA terão que ter em conta), ela não coloca em causa a predominância americana na NATO (se a crise for séria a reacção europeia não será independente, e se for independente é porque a crise não é séria)<sup>112</sup>.

Para os EUA, as relações com a China, a Europa, o Japão e a Rússia seriam assim as quatro mais importantes a nível internacional, que deveriam ser vistas para além do mero registo da sua importância bilateral, para se inscreverem numa aproximação de conjunto. O objectivo seria criar condições para que se desenvolvam em cada um destes dois triângulos relações cooperativas que possam, a prazo, desembocar num diálogo estratégico. Numa fase posterior tentar-se-ia assegurar uma interligação entre os dois conjuntos, configurando um sistema global de estruturas internacionais cooperativas, em que os EUA pudessem continuar a jogar o papel de árbitro.

Por uma transformação da OSCE de estrutura europeia em estrutura euro-asiática e até, eventualmente e passo a passo, por uma visualização da NATO como o núcleo de um sistema transcontinental de segurança. Tal seria acompanhado por uma China com estatuto de parceiro na estabilidade asiática e “key-player” no sistema internacional (com a sua inclusão no G-7<sup>113</sup>, na OMC e num equilíbrio euro-asiático mais largo e estável), pela aposta da Rússia na sua transformação num estado verdadeiramente democrático, europeu e pós-imperial que, dada a “integração” da China, estaria mais liberto para uma ligação preferencial às estruturas transatlânticas (devendo por isso ser deixada aberta a porta da sua inclusão na NATO) e num Japão aliado dos EUA mas em relação cooperativa com a China.

---

<sup>111</sup> “The geostrategic triad: living with China, Europe and Russia”, Zbigniew Brzezinski, Center for Strategic and International Affairs, Washington D.C., Significant Issues Series, 2001

<sup>112</sup> Henry Kissinger, Does America need a Foreign Policy?

<sup>113</sup> França, GB, EUA, Canadá, China, Alemanha e Itália

## Conclusão

Fim do trabalho, no qual resulta inequivocamente numa redefinição da Política Externa dos EUA e que tem como último objectivo a afirmação da Potência Unipolar, e que apresta-se a fazer surgir uma Nova Ordem Internacional, se bem que os seus moldes ainda não se encontrem totalmente definidos, assim e recuando até à década de 90 verificamos que existiu claramente uma tentativa falhada de imposição de uma Nova Ordem Internacional sob o comando que falhou claramente acresce as decisões menos conseguidas por parte de George Bush, que tiveram como punição máxima a derrota nas eleições de 1992 com Bill Clinton, Clinton marca na minha perspectiva uma página negativa nas pretensões americanas pois não actuava a tempo e horas e tinha como objectivo o isolacionismo para mais, acresce a tudo isso que teve que encetar um plano de recuperação económica face à debilidade americana, temos por fim o surgimento de George W. Bush que atravessou desde o início do seu processo eleitoral várias vicissitudes e que foi necessária uma tragédia como a ocorrida para dar força às linhas de orientação pretendidas pela sua administração, Wolfowitz assume o papel principal, desde logo a sua vontade de terminar uma obra que deixara incompleta em 1991, e têm como linha principal e de acordo com aquilo a que se apelida de Doutrina Wolfowitz em que nenhuma potência rival possa imergir, incluindo potências regionais que estorvem as pretensões americanas, e como consequência desta orientação temos a mudança da dissuasão para a guerra preventiva, esta não é novidade mas na actual conjuntura poderá dinamitar os princípios da ordem internacional.

O fim da Guerra no Iraque anuncia que já estamos algures entre uma Nova Ordem Internacional ou de um novo Caos, sobretudo por dois aspectos muito importantes que são o começo da era Pós Guerra Fria só efectivamente poder ser apontado com os ataques do 11 de Setembro e por outro lado o papel que o Terrorismo tem no Sistema Internacional, em que na minha perspectiva este assume um papel de maior relevo.

O Terrorismo apesar de não ser um actor das relações internacionais, uma vez que não têm território e uma instituição, é cada vez um dos maiores condicionadores dos principais actores das Relações Internacionais, e onde cada vez mais proliferam os ataques sem aviso e sem qualquer respeito pela vida humana, veja-se o exemplo do 11 de Março de 2004 com os ataques de Madrid.

O Terrorismo não pode ser visto como uma ameaça só aos Americanos, pois os seus ataques não escolhem Nacionalidades, nem Nações, são ataques perpetrados contra a condição humana, logo contra todos nós.

## ÍNDICE

Introdução	3
1º Capitulo	
Antes do 11 de Setembro	4
Política Externa Norte Americana:	
Da Perestroika à Doutrina Bush	4
Da Dissuasão à acção preventiva	9
Condições gerais sobre o Status Quo	
Ante 11 de Setembro de 2001	12
2º Capitulo	
O 11 de Setembro de 2001	14
O que mudou e o que não mudou no	
mundo com o 11 de Setembro	14
O fim da era pós guerra-fria	17
Nova e grande estratégia para os EUA	19
O 11 de Setembro e a Europa	22
Os EUA e os novos aliados	24
OS EUA e a Nato	29
11 de Setembro: Ruptura ou continuidade	34
Os EUA e o multilateralismo	39
Visão de futuro para os EUA e os seus	
planos estratégicos	42
Conclusão	43
Índice	44
Bibliografia	45

## **Bibliografia**

Woodward, Bob; Bush em Guerra, 2002  
Kissinger, Henry; Does America Need a Foreign Policy? , 2001  
Kissinger, Henry; Diplomacia, 1994  
Todd, Emmanuel; Após o Império, 2002  
Santos, General Loureiro dos; A idade imperial, 2003  
Scowen, Peter, o livro negro da América, 2002  
Brzezinski, Zbigniew; The geostrategic triad: living with China, Europe and Russia.  
Multilateralismo Acessório, à Revista Política Externa Vol. II – n.º 3 dezembro de 2002

## **Artigos online**

<http://usinfo.state.gov/journals/itps/0702/ijpp/ijpp0702.pdf>  
<http://usinfo.state.gov/journals/itps/1102/ijpp/ijpp1102.pdf>  
<http://usinfo.state.gov/journals/itps/1202/ijpp/ijpp1202.pdf>  
<http://usinfo.state.gov/journals/itps/0803/ijpp/ijpp0803.pdf>  
<http://usinfo.state.gov/journals/itgic/0902/ijgp/ijgp0902.pdf>  
<http://usinfo.state.gov/journals/itps/1101/ijpp/ijpp1101.pdf>

## **Sites**

<http://mediateca.lis.ulsiada.pt/mediateca>  
<http://www.universia.pt/>  
<http://usinfo.state.gov/journals/journals.htm>  
<http://usinfo.state.gov/journals/journala.htm>  
<http://www.jpost.com/servlet/Satellite?pagename=Jpost/A/JPArticle>  
[http://www.ksg.harvard.edu/news/opeds/nye\\_globalization\\_terror\\_111801.htm](http://www.ksg.harvard.edu/news/opeds/nye_globalization_terror_111801.htm)  
[http://www.ksg.harvard.edu/news/opeds/nye\\_diplomacy\\_dollars\\_wt\\_052902.htm](http://www.ksg.harvard.edu/news/opeds/nye_diplomacy_dollars_wt_052902.htm)  
[http://www.ksg.harvard.edu/news/opeds/nye\\_imperialism\\_ft\\_061602.htm](http://www.ksg.harvard.edu/news/opeds/nye_imperialism_ft_061602.htm)  
[http://www.ksg.harvard.edu/news/experts/walt\\_bush\\_foreign\\_policy040101.htm](http://www.ksg.harvard.edu/news/experts/walt_bush_foreign_policy040101.htm)  
<http://www.nationalreview.com/script/printpage.asp?ref=/comment/comment-bermano07120>  
<http://www.nationalreview.com/comment/comment-bermanprint010802.html>  
<http://www.auswertiges-amt.de/WWW/en/aussenpolitik/>  
[http://europa.eu.int/comm/external\\_relations/news/patten/sp04\\_02global/htm](http://europa.eu.int/comm/external_relations/news/patten/sp04_02global/htm)  
<http://www.eurunion.org/News/speeches/2002/020710pc.htm>  
<http://www.afpc.org/mdbr/mdbr65.htm>  
<http://www.afpc.org/programs.htm>  
<http://www.afpc.org/china.htm>  
<http://www.afpc.org/eurasia.htm>  
<http://www.foreignaffairs.org/Briefings/briefings.asp?i=Allies.xml>  
<http://www.foreignaffairs.org/Search/>  
<http://fbc.binghamton.edu/72-pr.htm>  
<http://asp.washtimes.com/printarticle.asp?action=&ArticleID=20020524/32375528>  
<http://www.fco.gov.uk/servlet/Front?pagename=OpenMarket/Xcelerate>  
[http://br.yahoo.com/noticias/primeira\\_.../ANALISE-Ataque\\_ao\\_Iraque\\_traria\\_riscos\\_a\\_coalisao.htm](http://br.yahoo.com/noticias/primeira_.../ANALISE-Ataque_ao_Iraque_traria_riscos_a_coalisao.htm)

## **Jornais**

### Diário de Notícias

- 13 de Setembro de 2001, Ano 137, nº 48 386.
- 19 de Fevereiro de 2002, Ano 138, nº 48 544.
- 28 de Maio de 2002, Ano 138, nº 48 643.
- 23 Agosto de 2002, Ano 138, nº 48 729.

### Expresso

- 15 de Setembro de 2001, caderno Especial Atentados.
- 14 de Dezembro de 2001, nº 1520.
- 2 de Fevereiro de 2002, nº 1527.
- 2 de Março de 2002, nº 1531.

### Financial Times

- 15 e 16 de Setembro de 2001, nº 34 632.
- 3 de Junho de 2002, nº 34 851.

### Le Monde Diplomatique – edição portuguesa

- Agosto 2002, Ano 4, nº 41.

### O Independente

- 19 de Outubro de 2001, Ano XIV, nº 701.
- 24 de Maio de 2002, Ano XV, nº 732.
- 14 de Agosto de 2002, Ano XV, nº 744.
- 23 de Agosto, Ano XV, nº 745.

### Publico – edição Lisboa

- 17 de Setembro de 2001, Ano XII, nº 4200.
- 24 de Setembro de 2001, Ano XII, nº 4207.
- 19 de Outubro de 2001, Ano XII, nº 4232.
- 5 de Fevereiro de 2002, Ano XII, nº 4339.
- 23 de Maio de 2002, Ano XIII, nº 4446.
- 28 de Maio de 2002, Ano XIII, nº 4451.
- 20 de Agosto de 2002, Ano XIII, nº 4535.
- 23 de Agosto de 2002, Ano XIII, nº 4538.

## **Revistas**

### Foreign Affairs

- Novembro/Dezembro, vol. 80, nº 6.

### Grande Reportagem

- Maio de 2002, Ano XIII, 2ª série, nº 134.
- Setembro de 2002, Ano XIII, 2ª série, nº 138.

Internacional Security

- Inverno 2001/2002, vol. 26, nº 30.

Politica Internacional

- Outono/Inverno 2001, vol. 3, nº 24

The Economist

- 29 de Junho a 5 de Julho de 2002, vol. 363, nº 8279.
- 6 a 12 de Julho de 2002, vol. 364, nº 8280.
- 13 a 19 de Julho de 2002, vol. 364, nº 8281.
- 20 a 26 de Julho de 2002, vol. 364, nº 8282.
- 3 a 9 de Agosto de 2002, vol. 364, nº 8284.
- 17 a 23 de Agosto de 2002, vol. 364, nº 8286.

Time – edição europeia

- Todas as edições desde 1 de Outubro de 2001, vol. 158, nº 14, até 26 de Agosto de 2002, vol. 160, nº 9.

